



SECRETARIA DE ESTADO
DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO GERAL

ISSN 0102-0374

Análise Conjuntural

IPARDES

Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.30, n.7-8, julho/agosto 2008

sumário

- 1 OS SINAIS ANTAGÔNICOS DA CONJUNTURA
Gilmar Mendes Lourenço
- 7 COMÉRCIO EXTERIOR PÓS-DOHA
Guilherme Amorim
- 9 EXPORTAÇÕES PARANAENSES: A EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE PREÇO E
QUANTUM EM 2008
Julio Takeshi Suzuki Júnior
- 12 PACOTE AGRÍCOLA: CARACTERÍSTICAS GERAIS
Gilmar Mendes Lourenço
- 14 NOTAS DE CONJUNTURA
Gilmar Mendes Lourenço, Aline Matsushita, Flávia Tamioso Marvulo e Maria Laura Simões Saker
- 16 PARANÁ – DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim, Flávia Tamioso Marvulo e Maria Laura Simões Saker
- 23 ACOMPANHAMENTO DE TEMAS SOCIAIS
Silmara Cimbalista e Aline Matsushita
- 25 ECONOMIA PARANAENSE - Indicadores Seleccionados

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

ROBERTO REQUIÃO - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

NESTOR CELSO IMTHON BUENO - Secretário

IPARDES

CARLOS MANUEL DOS SANTOS

Diretor-Presidente

NEI CELSO FATUCH

Diretor Administrativo-Financeiro

MARIA LÚCIA DE PAULA URBAN

Diretora do Centro de Pesquisa

DEBORAH RIBEIRO CARVALHO

Diretora do Centro Estadual de Estatística

THAÍS KORNIN

Diretora do Centro de Treinamento para o Desenvolvimento

ANÁLISE CONJUNTURAL

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR (*editor*)

Equipe

GILMAR MENDES LOURENÇO (*Economista*)

GUILHERME AMORIM (*Economista*)

SILMARA CIMBALISTA (*Pedagoga*)

ALINE MATSUSHITA

FLÁVIA TAMIOSO MARVULO

MARIA LAURA SIMÕES SAKER

(Acadêmicas de Ciências Econômicas, estagiárias)

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI (*supervisão editorial*)

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA (*editoração eletrônica*)

CRISTIANE BACHMANN e ESTELITA SANDRA DE MATIAS (*revisão*)

MARIA DIRCE BOTELHO MARÉS DE SOUZA (*normalização bibliográfica*)

STELLA MARIS GAZZIERO (*projeto gráfico*)

OS SINAIS ANTAGÔNICOS DA CONJUNTURA

Gilmar Mendes Lourenço*

A safra de indicadores relativa ao primeiro semestre de 2008 exibe comportamentos bastante diferenciados das variáveis econômicas, conforme o grau de articulação com os ambientes externo e interno dos sistemas de produção e de transações.

Pelo ângulo interno, o setor público consolidado (composto por governo federal, Tesouro, Previdência, Banco Central - BC, estatais, estados e municípios) registrou superávit primário de R\$ 86,12 bilhões entre janeiro e junho de 2008, contra R\$ 71,7 bilhões em idêntico intervalo de 2007, correspondendo a 6,19% do Produto Interno Bruto (PIB) *versus* 5,81% nos primeiros seis meses do exercício de 2007. Apesar de configurar resultado recorde desde 1991, foi insuficiente para pagar os juros do passivo público, que cresceram 11,6%, totalizando R\$ 88,0 bilhões.

Por conseguinte, a dívida líquida do setor público totalizou US\$ 1,168 trilhão, ou 40,6% do PIB, o menor nível desde dezembro de 1998, confirmando o financiamento dos desníveis das finanças públicas por intermédio da variação dos encargos e do endividamento, forçando a transferência de renda do setor privado para o governo, mediante a tributação excessiva, encurtando a renda líquida disponível das famílias e inibindo as decisões de investimento das empresas.

A propósito disso, um complicador adicional equivale à maior tributação do consumo *vis-à-vis* renda e patrimônio no Brasil, quando cotejada com as principais nações desenvolvidas e emergentes, de acordo com estimativas do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT). Assim, a arrecadação tributária do País adviria de 65,0% do consumo, 31,5% da renda e 3,5% do patrimônio (tabela 1).

TABELA 1 - FONTES DE ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA, SEGUNDO PAÍSES SELECIONADOS - 2007

PAÍS	TRIBUTAÇÃO (%)		
	Consumo	Patrimônio	Renda
Estados Unidos	28,8	12,0	59,2
Canadá	32,2	10,2	57,6
Japão	35,4	10,0	54,6
Suécia	37,5	3,1	59,4
Reino Unido	39,9	12,0	48,1
Alemanha	45,8	2,5	51,7
Coreia do Sul	48,2	11,3	40,5
Portugal	52,1	4,6	43,3
México	62,7	1,6	35,7
Brasil	65,0	3,5	31,5

Fonte: IBPT

A impulsão dos juros está atrelada aos desdobramentos da aceleração da inflação sobre a dívida de estados e municípios, indexada ao Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), que aumentou mais de 7,0% no período em tela; aos prejuízos amargados pelo BC na compra de dólares no mercado futuro, quando as cotações estão em rota cadente; e à elevação da taxa Selic.

Já os planos de investimentos das empresas brasileiras foram preservados no primeiro semestre. A formação bruta de capital fixo, ou taxa de investimento, vem crescendo há 12 trimestres consecutivos, as organizações ostentam apreciável grau de capitalização e os desembolsos reais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) subiram 56,2% no primeiro semestre, fortemente influenciados por liberações aos segmentos de mineração e telecomunicações, especificamente com o apoio à reestruturação societária da Telemar, controladora da Oi, que comprou a Brasiltelecom.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE – Centro Universitário Franciscano – FAE Business School.

Metade das inversões das empresas em ativo fixo em 2007 foi realizada com lucros retidos

A propósito desse último ponto, levantamento do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), com base no balanço de 46 empresas de grande dimensão, identificou que quase 50,0% das inversões em ativo fixo em 2007 foram realizadas com lucros retidos. Em igual sentido, o lucro real de um grupo de 257 companhias abertas, elencadas no Ibovespa, cresceu 20,0% em 2007. No entanto, no primeiro semestre de 2008, o lucro líquido real de 209 empresas com ações em bolsas, acompanhadas pela Consultoria Econômica, declinou 2,5%.

Nesse particular, convém atentar para o fato de parcela apreciável das empresas realizar operações de arbitragem entre a Selic e os juros do BNDES (taxa de juros de longo prazo - TJLP de 6,25% ao ano, acrescida do *spread*), que são altamente subsidiados, pois o custo de captação dos haveres do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), base das operações do Banco, igual à TJLP, pode ser maior se houver a possibilidade de aplicação em papéis da dívida pública.

Segundo o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as companhias estatais investiram R\$ 20,1 bilhões entre janeiro e junho de 2008, o que representou o maior valor desde 1995, já eliminados os efeitos da inflação. No mesmo período, as vendas reais do comércio varejista cresceram 19,1%, puxadas por veículos e motos, partes e peças (25,3%).

Embora os juros médios cobrados do consumidor situem-se acima de 50,0% ao ano (a.a.) e a inadimplência (atrasos superiores a 90 dias) atinja 7,0% dos tomadores, ainda não foram captados indícios de arrefecimento das vendas no varejo. Essa aparente anomalia decorre da extensão do número médio de parcelas das compras contratadas, que passaram de 12,66 no primeiro semestre de 2007 para 14,08 em 2008, incluindo todas as modalidades, exceto cartão de crédito, segundo o BC. Em um foco de longo prazo, o crédito da poupança para imóveis subiu 86,7% nos primeiros seis meses de 2008, segundo a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP).

A taxa de desemprego atingiu 8,1% da População Economicamente Ativa (PEA) em junho de 2008, a menor desde 2002, e os indicadores Serasa expõem queda de 21,7% e 37,8% no número de pedidos e decretos de falência, respectivamente, no primeiro semestre. As falências decretadas caíram de 899 para 559, e as solicitações, de 1.353 para 1.729.

As variáveis industriais, medidas pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), apresentaram os melhores resultados semestrais desde 2003, com incrementos de 8,4% no faturamento e 5,9% nas horas trabalhadas, gerando o alcance de 88,3% de uso da capacidade nominal instalada.

Em marcha análoga, a produção industrial variou 6,3% no primeiro semestre, a melhor performance desde 2004, puxada pela fabricação de bens de capital e de consumo duráveis, que expuseram elevações de 17,1% e 13,9%, respectivamente, em resposta à elevação da demanda por investimento e pelo alargamento dos negócios a prazo.

No que se refere ao investimento (poupança interna mais externa), é fácil perceber a influência decisiva das importações de máquinas, equipamentos e tecnologias, voltadas à modernização das linhas de produção, beneficiadas pelo câmbio, e da reativação da construção civil, em consequência da melhora das condições creditícias e fiscais, especialmente com a redução da carga de impostos incidente sobre a cesta básica de materiais de construção.

O emprego industrial cresceu 2,7% nos primeiros seis meses de 2008, configurando o melhor resultado desde 2002. Já a produtividade industrial variou 4,1% em 12 meses até junho, decorrência de elevação de 6,7% nos níveis de produção e de 2,5% do número de horas pagas.

Com desempenho abaixo da média situaram-se os bens intermediários (5,3%) e salários (de consumo não-duráveis e semiduráveis, 1,7%), em consequência da condição de quase exaustão da capacidade instalada e do deslocamento de produção para o mercado externo, no caso dos intermediários, e da deterioração do poder de compra de produtos essenciais, decorrente da aceleração da inflação.

A esse respeito, vale ter presente que o Brasil importa uma inflação planetária derivada da combinação entre o descompasso na equação de oferta e demanda por alimentos, metais e petróleo, atribuído ao forte incremento da demanda dos emergentes, liderados pela China; a substancial depreciação da referência das trocas comerciais internacionais; o crescente déficit em conta corrente dos Estados Unidos (EUA); e as operações especulativas realizadas em mercados futuros de *commodities*, depois da queda dos juros da economia norte-americana, verificada entre agosto de 2007 e abril de 2008.

A porta de entrada da espiral inflacionária exógena foi aberta em meados de 2007, quando a principal arma contra a inflação no Brasil, a expressiva valorização do real, não conseguiu acompanhar a curva ascendente das cotações dos produtos básicos e semi-elaborados em âmbito mundial.

O risco de regresso da inflação constitui séria ameaça aos ganhos na redução da pobreza conseguidos no passado recente, graças à estabilidade de preços, às elevações reais do salário mínimo (SM), aos programas sociais governamentais e aos financiamentos em regime de consignação (com desconto em folha) que, ao final de 2007, respondiam por mais de 57,0% do crédito total, sendo 48,4% para servidores e pensionistas do setor público.

Inferências do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), com base nos resultados da Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE, indicam redução da pobreza de 32,9% para 24,1% da população nas seis maiores regiões metropolitanas do País (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) entre 2002 e 2008. Enquanto isso, a indigência declinou de 12,7% para 6,6% da população.

Lembre-se de que o conceito de pobreza é aplicado para pessoas ou famílias com renda mensal *per capita* inferior a meio SM, e o de indigência, para rendimentos correspondentes a um quarto do SM. Mas os ricos (renda mensal superior a 40 SM) permanecem representando 1,0% do universo populacional.

Em idêntico intervalo, a FGV estimou queda do Coeficiente de Gini de 0,627 para 0,584 e avanço da classe média (rendimentos domiciliares entre R\$ 1.064,00 e R\$ 4.591,00) de 44,2% para 51,9% do total, ligado fundamentalmente ao forte abrandamento das restrições de caráter externo e à recuperação do mercado de trabalho (emprego formal e salários).

Porém, a correia de transmissão entre a queda da desigualdade de distribuição de renda e o encolhimento das disparidades sociais abrangeria a ampliação quantitativa e qualitativa da oferta de serviços de saúde, educação, segurança, cultura, lazer, dentre outros dirigidos à melhoria das condições de vida dos segmentos sociais menos assistidos.

No âmbito das contas externas, as transações correntes, sinalizadoras do grau de vulnerabilidade externa do País, exprimiram déficit de US\$ 17,4 bilhões no período em tela, contra superávit de US\$ 2,4 bilhões nos primeiros seis meses de 2007. Até aqui, o déficit de 2008 foi o maior contabilizado pelo BC em um semestre, equivalendo a 2,5% do PIB, o mais elevado desde 2002.

O resultado externo negativo advém da queda do superávit comercial e da impulsão das transferências financeiras ao exterior. O saldo comercial caiu de US\$ 20,6 bilhões na primeira metade de 2007 para US\$ 11,3 bilhões na de 2008, determinado pelo aquecimento dos níveis de atividade interna e pelo declínio de competitividade das vendas externas.

O excepcional acréscimo nas importações decorreu da queda do dólar e da manutenção do vigor da demanda doméstica, ancorada na recuperação do emprego, dos salários e do crédito. A sustentação das exportações repousou nos patamares elevados dos preços dos produtos básicos, que aumentaram quase 40,0% em um ano, segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (FUNCEX).

Porém, esse comportamento das exportações mostra-se enganoso. O País permanece respondendo por 1,2% das exportações mundiais, ocupando o vigésimo-terceiro lugar no mundo, a despeito de situar-se em décimo lugar em PIB, conforme o critério Paridade de Poder de Compra (PPP), empregado pelo Banco Mundial para aferir a dimensão econômica de uma nação, referenciada pela relação entre a moeda local e a dos principais parceiros comerciais, convertida em dólares.

Ademais, apesar dos avanços experimentados ao longo dos anos 1990 e do decênio atual, a pauta de vendas externas brasileira ainda é demasiadamente especializada em *commodities*, notadamente agrícolas e minerais, que apresentam cotações ascendentes nos mercados mundiais desde 2003 e representam quase dois terços do valor exportado pelo País.

Especificamente, para os ramos de elevado valor agregado e/ou conteúdo tecnológico, como bens de capital, componentes eletrônicos, equipamentos de informática, produtos químicos e farmacêuticos, o saldo comercial com o exterior vem acusando progressivos déficits.

As remessas de lucros e dividendos das filiais brasileiras às matrizes no exterior superaram os ingressos de investimentos diretos estrangeiros em 2008

Salta aos olhos a vertiginosa ampliação das remessas de lucros e dividendos das filiais brasileiras às matrizes no exterior, que superaram os ingressos de investimentos diretos estrangeiros (IDEs), na primeira metade de 2008, e assumiram o posto ocupado no passado pelos juros da dívida no quadro de fragilidade externa do sistema econômico do País. A dívida externa perfaz US\$ 205,3 bilhões, amparada em equivalente estoque de reservas internacionais.

Enquanto as remessas alcançaram US\$ 19,0 bilhões no período examinado, contra US\$ 9,8 bilhões em igual tempo em 2007, os IDEs registraram US\$ 16,7 bilhões e US\$ 20,9 bilhões, respectivamente. Frise-se, no caso dos IDEs, a elevada base de comparação de 2007, fortemente afetada pela fusão das siderúrgicas Arcelor e Mittal e pela venda da Serasa.

A elevação das remessas, puxada por bancos, montadoras e siderúrgicas (52,0% do total) esteve diretamente atrelada ao incremento nos lucros, ao câmbio valorizado e aos problemas enfrentados pelas corporações no mercado mundial, em razão do maior ou menor grau de contágio da crise do segmento hipotecário periférico norte-americano, que pode se transformar em deflação de ativos e recessão econômica.

Os investimentos residenciais recuaram pelo décimo trimestre consecutivo nos EUA, entre abril e junho de 2008, reflexo dos nítidos sinais de fadiga dos procedimentos de financiamentos subsidiados de imóveis, estimulando a acumulação de dívidas e a realização de operações de natureza especulativa, e que atingiram duas grandes companhias centradas no mercado hipotecário de reduzido risco (Fannie Mae e Freddie Mac), cuja dívida, superior a US\$ 4,0 bilhões (mais da metade em poder de credores chineses e japoneses), poderia deflagrar um colapso do dólar, no caso de calote.

No campo financeiro, após a quebra do Bear Stearns, quinta maior corporação bancária do planeta, transferida para o JP Morgan Chase por US\$ 2,1 bilhões – depois de socorro superior a US\$ 30,0 bilhões realizado pelo Banco Central dos EUA (FED) – as ações do Lehman Brothers depreciaram quase 90,0% em pouco mais de um ano e meio.

De acordo com estimativas do Departamento de Comércio daquele país, o PIB anualizado cresceu apenas 1,9% no segundo trimestre de 2008, apesar dos estímulos fiscais e monetários acionados pelo governo Bush e pelo Federal Reserve (FED). Já o Departamento do Trabalho apurou taxa de desemprego de 5,7% da PEA no mês de julho, a mais elevada desde março de 2004, contra 4,7% em julho de 2007, representando o fechamento de 463 mil postos somente no ano corrente.

O investimento direto efetuado por empresas brasileiras no exterior, via compra de concorrentes ou instalação de filiais próximas dos clientes, somou US\$ 8,58 bilhões, maior valor desde 1947, quando teve início o acompanhamento estatístico da variável, revertendo o quadro de retorno líquido de recursos de US\$ 3,42 bilhões exibidos entre janeiro e junho de 2007, também influenciado pela aquisição da canadense Inco pela empresa Vale, transação que envolveu aproximadamente US\$ 5,0 bilhões, considerada pelo BC como inversão desfeita no exterior.

Constatou-se pronunciada concentração setorial e regional do valor de tais operações, capitaneadas por bancos (31,0%), alimentos (16,0%) e siderurgia (13,0%), e Estados Unidos (31,0%), América Latina (23,0%) e Ilhas Cayman (23,0%), sendo estas hospedeiras de sedes de redes mundiais, em virtude do regime fiscal favorável.

Convém ressaltar que o desequilíbrio em transações correntes vem sendo coberto pelos IDEs e, sobretudo, pelo ingresso de capitais de curto prazo, o que tornou a conta do balanço de pagamentos (bp) positiva em US\$ 19,3 bilhões. Mesmo assim, não há como ignorar que a performance revelou-se significativamente inferior à do primeiro semestre de 2007, quando o bp contabilizou saldo de US\$ 61,6 bilhões.

No fundo, trata-se de uma fase de intensificação das estratégias de sobrevivência e/ou penetração em mercados competitivos, por meio da otimização do boom de *commodities* e da diminuição do valor de mercado de companhias mais articuladas com a crise nos EUA, acrescida de iniciativas pontuais de algumas organizações, como a instalação da Weg no México, buscando o aproveitamento das vantagens do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA).

Cálculos preparados pela Fundação Dom Cabral colocam os grupos brasileiros Gerdau, Vale, Sabó, Marcopolo e Odebrecht como os de maior transnacionalidade no ano de 2007. Esse indicador, obtido pela média de ativos, vendas e empregados no exterior, seria de 46,4% para a Gerdau, 29,2% para a Vale, 28,5% para a Sabó, 27,4% para a Marcopolo e 27,3% para a Odebrecht.

Em meio a esse imbróglio de radares, os meios especializados supõem o delineamento de um panorama de desaceleração da economia brasileira para 2009, por motivações externas e endógenas. No *front* externo, emerge a interferência do estouro da bolha imobiliária nos EUA e dos focos inflacionários de custos (petróleo, metais e alimentos), centrados na retração e no encarecimento do crédito e no encurtamento dos patamares de liquidez, diminuindo drasticamente a velocidade de crescimento do comércio internacional e provocando a derrubada de transações especulativas com ativos reais em mercados futuros.

A inflação anual nos EUA atingiu 5,6% ao consumidor (varejo) e 9,8% ao produtor (atacado), em julho de 2008, configurando recordes em 17 e 27 anos, respectivamente.

A variação anual do PIB americano estaria aquém dos 2,0%, sintoma de estagflação, o que resultará em recuo da rentabilidade das exportações, principalmente dos países emergentes, enfraquecendo a tese disseminada desde o segundo semestre de 2007, pelo Banco Goldman Sachs, acerca do descolamento daquelas economias, da curva ostentada pelo sistema produtivo e financeiro dos EUA, que ainda responde por mais de um terço do PIB mundial e cresceu 3,3% anualizados no segundo trimestre de 2008.

A esse respeito, é oportuno assinalar a ocorrência do maior declínio da confiança da sociedade europeia no ambiente econômico desde os atentados terroristas acontecidos nos EUA em setembro de 2001. O Índice de Sentimento da Zona do Euro, mensurado pela Comissão Europeia, desceu de 94,8 pontos para 89,5 pontos entre junho e julho de 2008. A queda pode ser atribuída à escalada dos preços dos combustíveis, à progressiva valorização do euro e às restrições ao crédito.

Segundo o Eurostat (Departamento de Estatística da União Europeia), o PIB dos 15 países da Zona do Euro recuou 0,2% no segundo trimestre de 2008, em relação ao primeiro, representando o maior declínio desde a criação da União em 1999. Enquanto isso, a inflação anual já teria superado os 4,0%. A economia japonesa também encolheu 0,6% no mesmo período, a do Reino Unido estagnou e a dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) cresceu apenas 0,2% – o pior resultado desde o terceiro trimestre de 2001.

O Índice de Clima Econômico (ICE), mensurado em conjunto pela FGV e pelo Instituto de Estudos Econômicos da Universidade de Munique, caiu de 5,9 pontos em outubro de 2007 para 4,6 pontos em julho de 2008, o menor nível desde abril de 2002, e situando-se 0,5 ponto percentual abaixo da média dos últimos dez anos (5,1 pontos). O Brasil permaneceu em terceiro lugar, atrás de Uruguai e Peru.

O rompimento da bolha de commodities e a paralela demolição das transações especulativas precipitariam o aprofundamento da queda dos superávits comerciais brasileiros

Sem dúvida, o rompimento da bolha de *commodities* e a paralela demolição das transações especulativas precipitariam o aprofundamento da queda dos superávits comerciais brasileiros, ancorados quase que exclusivamente nos preços dos exportados, e o desenho de marcha de depreciação do real, substituindo a natureza do choque inflacionário exógeno de *commodities* para câmbio.

Do lado interno, a perda de embalo da atividade reproduzirá a trajetória de elevação dos juros, trilhada desde o mês de abril, atingindo de forma mais imediata o consumo a prazo e as decisões de investimentos produtivos. Apesar de o crédito disponibilizado ao setor privado representar cerca de 37,0% do PIB, o maior patamar do Plano Real, a taxa de juros média cobrada situava-se em 40,0% a.a. em julho de 2008, sendo 52,0% a.a. para pessoas físicas e 27,5% a.a. para empresas. O cheque especial estaria em 163,0% a.a., recorde desde 2003.

Apesar do expressivo incremento em relação a janeiro de 2006 (28,0% do PIB), o montante de crédito ainda é bastante inferior aos 180,0% do PIB observados nos EUA e no Japão; dos 160,0% do PIB no Reino Unido, em Portugal e na Suíça; dos 90,0% do PIB na Itália e França; e dos 80,0% do PIB no Chile.

No entanto, a multiplicação dos interesses pelos títulos públicos pode sobrecarregar a capacidade de gasto e de investimento do Estado e engordar o lucro dos bancos, que cresceu 13,1% no primeiro semestre no Brasil.

Estimativas efetuadas pela consultoria Econômica demonstram cabalmente a formação de curvas antagônicas entre a rentabilidade (lucro sobre patrimônio líquido) registrada pelos bancos nos EUA e no Brasil no intervalo entre 2002 e o primeiro semestre de 2008. Enquanto nos EUA o indicador declinou de 15,7% para 8,9%, no Brasil subiu de 12,4% para 21,7%.

Ainda assim, o menor custo, o maior nível e a concentração em projetos de longa maturação dos investimentos (particularmente siderurgia, construção civil e infra-estrutura), reforçados pelos ingressos de recursos externos mais baratos, atestam a maior probabilidade de a inflexão presente ser menos acentuada do que aquela verificada em entre o quarto trimestre de 2004 e o primeiro semestre de 2005.

Por tais motivos, soa prudente o arranjo de alguns ingredientes de caráter macro e microeconômico, com vistas no aproveitamento pleno das oportunidades de investimentos colocadas nos segmentos de infra-estrutura energética e de transportes, em mineração e no agronegócio, amparado financeiramente na redução do dispêndio público corrente e financeiro.

O impasse na Rodada Doha de Desenvolvimento, marcado pelo fracasso da última reunião ministerial em Genebra, em julho, destrava negociações comerciais que aguardavam os novos patamares de cotas, tarifas e subsídios estabelecidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC). A falta de consenso em torno, essencialmente, de proteção agrícola bloqueou a agenda, mas as regras em vigência fundamentarão acordos bilaterais em compasso de espera pelo encerramento do processo iniciado em 2001. Os Ministérios das Relações Exteriores (MRE) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC) estabeleceram bases preliminares de acordos que, diante das evanescentes chances de sucesso de Doha, ganham nova dinâmica.

O mais ambicioso e complexo dos acordos é o negociado entre Mercosul e União Européia (UE). A estabilidade cambial (surpreendente, levando-se em conta que são 21 moedas distintas nos dois blocos) e os avanços institucionais registrados nos dois lados do Atlântico desde 2004, quando as ofertas iniciais foram formalizadas, facilitam o processo. A entrada de novos estados-membros, desde então, torna mais complexo o arranjo de interesses. Naquele ano, dez países entraram na UE; dois outros, Bulgária e Romênia, se associaram em 2007, e há três candidaturas em estudo: Macedônia, Croácia e Turquia. Do lado sul-americano, está em curso a adesão venezuelana ao bloco.

O maior entrave à assinatura de um tratado que permita profícua elevação do fluxo de comércio entre as partes é a proteção européia aos produtores rurais. A ausência de barreiras tarifárias e não-tarifárias na Europa é inconcebível, tanto para pequenos quanto para grandes agricultores, especialmente nas mais recentes nações associadas, onde a cultura de proteção estatal é tenaz.

Os exportadores brasileiros que realizam negócios com a UE passarão, adicionalmente, por um grande teste técnico-burocrático nos próximos anos, com a introdução do Registro, Avaliação e Autorização de Substâncias Químicas (REACH, na sigla em inglês), rigorosa legislação que exige das indústrias informações detalhadas sobre a composição química de seus produtos. A intenção do bloco é, primordialmente, proteger a saúde de seus cidadãos e o meio ambiente, mas os custos envolvidos na certificação limitarão a competitividade de produtos não-europeus, particularmente pequenos e médios exportadores. Embora esse processo se estenda até 2018, todas as empresas européias e todas aquelas que vendam para o continente devem realizar o pré-registro de suas mercadorias até dezembro de 2008. As indústrias brasileiras têm, aparentemente, se reunido em grupos para compartilhar os custos de certificação. A Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim) estima que o trâmite legal e os estudos que fundamentam os pedidos exijam, das indústrias brasileiras, aporte de 2,8 bilhões de euros, considerando a atual pauta exportadora.

Por outro lado, a ampliação de acordos de preferências tarifárias já existentes na América Latina deve ocorrer mais rapidamente. Chile, Peru e México têm perspectivas promissoras de integração comercial com o Mercosul. O acordo automotivo com o México mostrou-se bem-sucedido e beneficiou as montadoras estabelecidas no Brasil, especialmente no atual período de demanda doméstica aquecida. Um bom teste para a diplomacia comercial com esse país será a negociação que envolve o restabelecimento de tarifas, por parte do Brasil, sobre a importação de ácido tereftálico, insumo para fabricação de poliéster e outras resinas.

A aproximação com parceiros comerciais pouco tradicionais tem sido realizada com a temporização monacal que o desenrolar da Rodada Doha demandava. Desse modo, é salutar que os entendimentos com Turquia, Jordânia e Marrocos tenham avançado para o estágio de acordo-quadro, em que os critérios para a evolução das negociações são definidos.

Os acordos com Cingapura ainda não passaram dos contatos preliminares. O interesse de empresas de Cingapura em realizar investimentos diretos no Mercosul, particularmente em infra-estrutura e na indústria farmacêutica, bem como sua pretensão de importar etanol brasileiro, devem agilizar o processo. O Brasil importa de Cingapura volumes significativos de

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

peças para a indústria eletroeletrônica e de informática, setores que têm experimentado elevação de demanda doméstica – outro fato que promove entendimento.

As negociações com a União Aduaneira do Sul da África (SACU), realizadas por mais de quatro anos, ganharam relevância diante da possibilidade de que este bloco e o Mercosul firmem acordo comercial trilateral com a Índia. Esse país estabeleceu tratado de preferências tarifárias com o Mercosul em 2004, que ainda depende de internalização pelos signatários. A aproximação com o bloco africano, o debacle na OMC e as barreiras européias, norte-americanas e japonesas podem incentivar esse acordo pouco convencional. No início do semestre, Mercosul e SACU assinaram tratado que isenta de impostos 461 categorias de produtos exportados para o sul da África e 771 categorias de produtos de lá oriundos. O tratado prevê, ainda, redução de tarifas (entre 10% e 50%) para o restante da pauta de comércio entre os dois blocos.

Os ajustes dentro do Mercosul têm sido realizados a contento, tanto na pauta agrícola – necessários diante da flutuação das cotações das *commodities* e das incertezas argentinas sobre cotas e tarifas –, como na industrial, com a prorrogação dos acordos automotivos com Argentina e Uruguai. Estima-se que o setor responda por 40% do comércio, em dólares, entre Brasil e Argentina. O Brasil assumiu a presidência temporária do Mercosul, em julho, e tem dois objetivos bem definidos em seu mandato: acabar com a dupla cobrança da tarifa externa comum (TEC) e estabelecer o Código Aduaneiro Comum. No âmbito da burocracia interna, o maior incentivo às exportações brasileiras depende da operacionalização do “*drawback* verde-amarelo” pela Receita Federal e pelo Departamento de Operações de Comércio Exterior (DECEX), órgão do MDIC. Essa norma isenta a compra de insumos nacionais da cobrança de imposto sobre produtos industrializados (IPI), da contribuição para o financiamento da seguridade social (Cofins) e da contribuição ao programa de integração social (PIS), para produtos destinados ao mercado externo. A complexidade das operações e a demanda pela desoneração exigiram que o Ministério implantasse novo sistema eletrônico, o que atrasou sua implementação.

As tentativas de revitalizar as negociações sobre cortes de tarifas e subsídios, no âmbito da OMC, parecem destinadas ao fracasso. Outras regulamentações discutidas em Genebra, entretanto, devem ter grande impacto no comércio exterior brasileiro. Ainda estão sendo negociados acordos fitossanitários, de harmonização e de padronização dos produtos, que, se concluídos com êxito, tendem a diminuir custos e prazos burocráticos.

EXPORTAÇÕES PARANAENSES: A EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE PREÇO E QUANTUM EM 2008

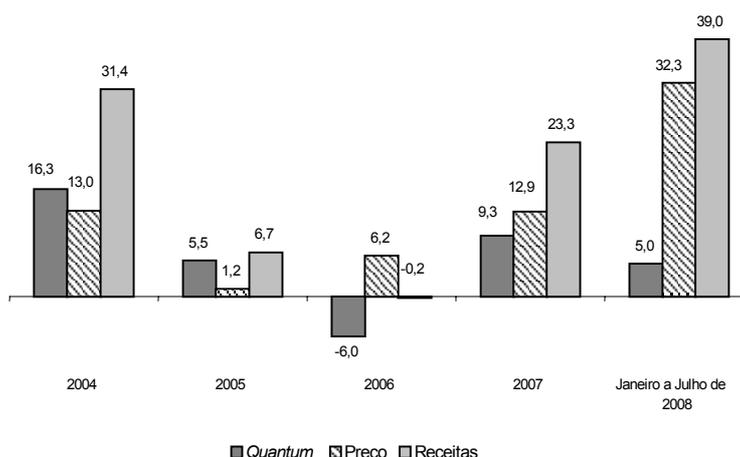
Julio Takeshi Suzuki Júnior*

As exportações do Paraná somaram US\$ 9,5 bilhões nos sete primeiros meses de 2008, representando alta de 39,0% em relação a igual intervalo de 2007. Esse crescimento é superior ao registrado pelas vendas externas brasileiras, que atingiram US\$ 111,1 bilhões, com aumento de 27,2% em comparação ao valor anotado no acumulado de janeiro a julho do ano passado.

É de conhecimento geral que as pronunciadas taxas de crescimento das exportações no período recente, tanto em nível estadual quanto em âmbito nacional, refletem sobremaneira o favorável cenário externo, marcado pela trajetória ascendente dos preços em dólares de inúmeros bens, por conta da expansão da demanda global e da depreciação da moeda norte-americana. No caso das *commodities*, os preços internacionais deverão avançar 22,5% no presente exercício, segundo estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), após registrarem aumento de 11,8% no ano de 2007. Considerando apenas os alimentos, portanto, sem a influência altista do petróleo e dos minerais metálicos, o índice de preços deverá apresentar considerável elevação de 17,3% em 2008, não obstante os sinais de redução do ritmo de crescimento da economia mundial.

Diante desse quadro propício, não é surpreendente o papel determinante que os preços vêm tendo na ampliação das receitas geradas pelas exportações paranaenses. De janeiro a julho deste ano, segundo dados do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), o índice de preços das vendas externas estaduais contabilizou alta de 32,3%, sendo o principal responsável pelo notável crescimento do faturamento das exportações, uma vez que as quantidades destinadas ao exterior evoluíram apenas 5,0% (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO DAS RECEITAS E DOS ÍNDICES DE QUANTUM E PREÇO DAS EXPORTAÇÕES TOTAIS - PARANÁ - 2004-2008



FONTE: IPARDES

* Administrador, coordenador do Núcleo de Conjuntura e Macroeconomia do IPARDES.

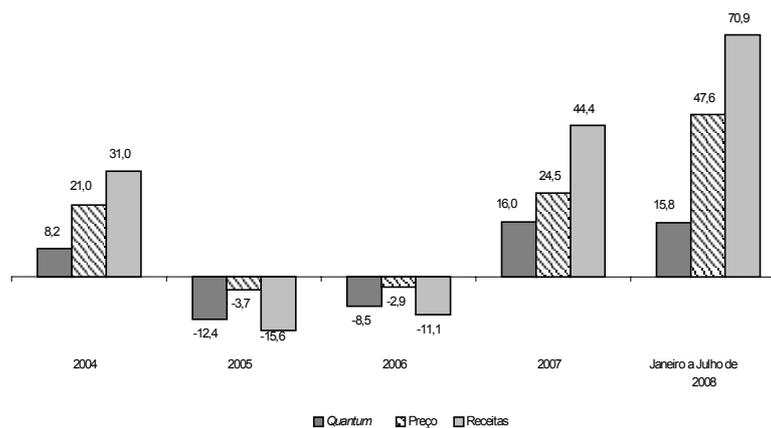
A significativa ascensão do índice de preços referente ao conjunto das mercadorias exportadas pode ser atribuída, em grande medida, à soja, dada a combinação entre o vigoroso movimento de valorização da *commodity* e a elevada representatividade na pauta das vendas do Estado. Nos primeiros sete meses de 2008, a soja produzida no Paraná foi

comercializada, em média, por US\$ 431,01/tonelada (preço FOB) no mercado internacional, o que correspondeu a um acréscimo de 62,4% em relação ao valor registrado em idêntico intervalo do ano anterior.

Com um dinamismo amparado fortemente na alta das cotações dos bens transacionados, as exportações paranaenses exacerbam no atual exercício as características do crescimento em 2007, quando o índice de preços avançou 12,9%, acima da variação de 9,3% do *quantum*, redundando em uma expansão de 23,3% das receitas em dólares. Em razão da crescente disparidade entre as evoluções dos preços e das quantidades, a manutenção da pujança das exportações estaduais fica cada vez mais condicionada à não-reversão do panorama externo, com a concomitante ampliação da vulnerabilidade setorial a eventuais quedas das cotações das mercadorias comercializadas, cabendo ressaltar que é positivo o aproveitamento das oportunidades derivadas do encarecimento dos produtos, sendo indesejáveis somente baixas taxas de expansão do *quantum* exportado.

Em uma avaliação um pouco mais detalhada, observa-se que as vendas externas estaduais de bens básicos subiram 70,9% no acumulado de janeiro a julho de 2008, como resultado dos aumentos de 47,6% dos preços e de 15,8% das quantidades embarcadas (gráfico 2). Além da influência da soja em grão, o crescimento do faturamento gerado pelas exportações de produtos básicos refletiu sobretudo a elevação dos preços do farelo da oleaginosa, carne de aves e milho, entre outras mercadorias.

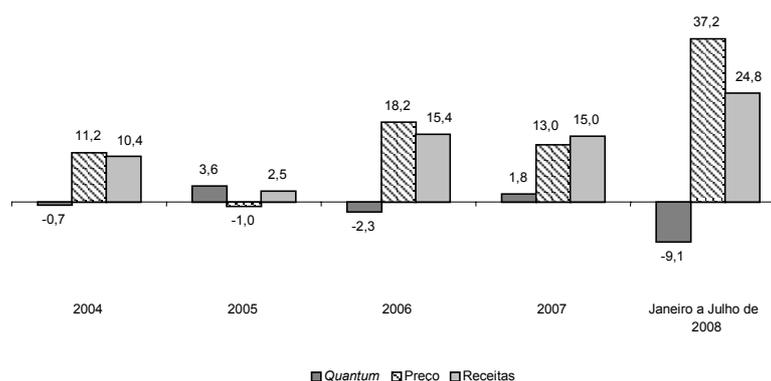
GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DAS RECEITAS E DOS ÍNDICES DE *QUANTUM* E PREÇO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS BÁSICOS - PARANÁ - 2004-2008



FONTE: IPARDES

Já no que se refere aos semimanufaturados, foi contabilizado incremento de 24,8% nas receitas, em decorrência da ascensão de 37,2% do índice de preços e do recuo de -9,1% do *quantum* (gráfico 3). Nessa categoria de produtos, é interessante colocar que o óleo de soja bruto contribuiu tanto para a expressiva variação positiva dos preços, uma vez que a cotação da *commodity* subiu consideravelmente em relação ao ano passado, quanto para o declínio do volume exportado do segmento, tendo-se em conta que as quantidades comercializadas totalizaram 389,4 mil toneladas até julho de 2008, o que representou retração de -8,3% no confronto com o mesmo período de 2007. Ademais, houve razoável participação da madeira serrada na queda do índice de volume das exportações de semimanufaturados.

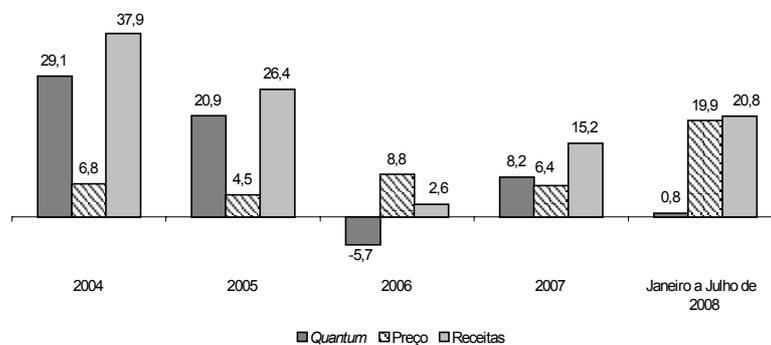
GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO DAS RECEITAS E DOS ÍNDICES DE *QUANTUM* E PREÇO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS SEMIMANUFATURADOS - PARANÁ - 2004-2008



FORNTE: IPARDES

Por fim, no que tange aos manufaturados, foi anotado crescimento de 19,9% dos preços, enquanto o índice de *quantum* evoluiu apenas 0,8%, resultando em um acréscimo de 20,8% no faturamento em dólares (gráfico 4). Entre os fatores que vêm determinando a significativa elevação dos preços das exportações de manufaturados, pode-se destacar o impacto da alta das matérias-primas sobre os custos de produção de determinados bens industriais, como os do complexo metalmeccânico, sem desconsiderar a influência da desvalorização da moeda norte-americana. Ainda no que diz respeito ao comportamento do câmbio, não há dúvida quanto à estreita relação entre a inexpressiva variação do *quantum* das vendas externas de manufaturados e a perda de competitividade decorrente da apreciação do real, indicando a necessidade de limites para a queda da cotação do dólar.

GRÁFICO 4 - VARIAÇÃO DAS RECEITAS E DOS ÍNDICES DE *QUANTUM* E PREÇO DAS EXPORTAÇÕES DE BENS MANUFATURADOS - PARANÁ - 2004-2008



FORNTE: IPARDES

PACOTE AGRÍCOLA: CARACTERÍSTICAS GERAIS

Gilmar Mendes Lourenço*

O anúncio das medidas componentes do pacote agrícola para a safra 2008/2009, por parte do governo federal, ocorrido no início do mês de julho, visou enfatizar a prioridade oficial no combate às pressões inflacionárias instaladas no setor primário, por intermédio de estímulos à ampliação dos níveis de oferta para cerca de 150,0 milhões de toneladas, menos de 5,0% acima dos registrados em 2008.

A avaliação corrente dos meios especializados dá conta de que a espiral inflacionária estaria enraizada nos desdobramentos da forte expansão da economia mundial, atingindo o segmento de *commodities* primárias nos diferentes elos das cadeias, especialmente a fabricação de fertilizantes, dependente de derivados de petróleo.

A impulsão estrutural do volume de produção agrícola requer definições políticas com horizonte temporal de longo alcance

Embora as intenções possam ser consideradas corretas, a impulsão estrutural do volume de produção agrícola requer definições políticas que ultrapassem o limitado campo da conjuntura e incorporem variáveis que interfiram no comportamento das atividades primárias em um horizonte temporal de longo alcance, especialmente depois do panorama de acentuada redução da renda setorial amargado entre 2004 e 2006, por conta de problemas climáticos, de restrições de natureza fitossanitárias e de distorções da política macroeconômica, sobretudo da taxa de câmbio.

Isso porque, o Plano Agrícola e Pecuário prevê montante de crédito de R\$ 78,0 bilhões, ou incremento de 11,0% em relação ao ano agrícola anterior, sendo R\$ 65,0 bilhões para a modalidade empresarial e R\$ 13,0 bilhões para a familiar. Cerca de 65,0% do volume alocado para a espécie empresarial se constitui de recursos subsidiados pela União (captação normalmente pela taxa Selic *versus* empréstimos a juros médios de 7,35% ao ano, 6,75% a.a. para custeio, ou R\$ 45,0 bilhões), contra 63,0% do ano anterior.

No início de agosto, a Câmara dos Deputados aprovou a ampliação de R\$ 1,0 bilhão nos benefícios, sujeita à apreciação pelo Senado. A decisão deve favorecer principalmente os produtores registrados na Dívida Ativa da União, por meio da prorrogação da rolagem de cinco para dez anos, da extinção da multa de 20,0% sobre o saldo devedor, da troca da Selic pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e da extensão do prazo de adesão para junho de 2009.

Houve também a permissão de concessão de bônus regressivos para liquidações de passivos realizadas em 2009 e 2010 (antes limitada a 2008), no âmbito do Programa de Securitização. O benefício oscila entre 15,0% e 5,0% para dívidas superiores a R\$ 200,0 mil, e de 45,0% a 35,0% para débitos de até R\$ 15,0 mil.

Nesse desenho, é fácil notar a tentativa do governo em compensar, ainda que parcialmente, o encurtamento do crédito oferecido pelas *tradings* ao setor, que deve cair de 33,0% para 20,0% do total. Ademais, a idéia de formação de estoques de aproximadamente 6,0 milhões de toneladas parece acanhada diante da média de 20,0 milhões dos anos 1980.

Para piorar, pesquisa recente realizada pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) detectou fortes riscos de declínio de rentabilidade do setor rural, por conta da elevação entre 22,0% e 55,0% nos custos de produção das principais lavouras brasileiras, nas diferentes regiões, puxada principalmente pelo incremento nos preços dos fertilizantes superior a 80,0%, em face da impulsão dos preços do petróleo no mercado internacional e da natureza oligopolizada do mercado.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano - FAE Business School.

As providências voltadas ao longo prazo ainda se revelam demasiadamente tímidas e/ou gerais, centradas no prosseguimento da reestruturação dos passivos dos produtores, na instituição do fundo de catástrofe, nos propósitos de estímulo à pesquisa e à produção de adubos e fertilizantes e na defesa sanitária.

Ficaram a descoberto problemas crônicos como aqueles relacionados à matriz de custos de produção, ao suprimento das economias externas, particularmente a infra-estrutura de armazenagem e a logística de escoamento da produção (notadamente para a agricultura familiar), à assistência técnica e extensão rural, e ao seguro agrícola, que cobre menos de 10,0% da área plantada do País.

A NATUREZA DOS RECORDES DE ARRECADAÇÃO DA UNIÃO

A arrecadação federal chegou a R\$ 333,2 bilhões no primeiro semestre de 2008, suplantando em 10,4% o montante recolhido no intervalo janeiro-junho de 2007, já descontada a inflação, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

A raiz explicativa da crescente disparada de entrada de recursos no caixa da União, sem esforços visíveis de cortes ou racionalização de dispêndios, possui duas ramificações conjugadas: o prosseguimento do panorama de recuperação econômica e os efeitos do pacote de medidas tributárias, lançado no começo do ano corrente, como forma de compensação parcial dos supostos prejuízos da ordem de US\$ 40,0 bilhões derivados do fim da cobrança da CPMF, decidida pelo Senado da República.

Por certo, o ciclo de negócios preservou sinais de vitalidade em 2008, em resposta à conjugação de fatores positivos, especificamente a continuidade do crescimento do comércio internacional, a despeito da crise financeira capitaneada pelos Estados Unidos (EUA), e a maximização dos fatores de dinamismo domésticos, particularmente os níveis de emprego, salários, crédito e a disseminação dos programas oficiais de transferência de renda.

Já as providências mais expressivas no campo tributário repousaram na majoração das alíquotas da CSSL aplicável às instituições financeiras de 9,0% para 15,0% e do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de 1,5% ao ano para 3,0% a.a. para pessoas físicas. Uma observação desagregada do perfil das receitas permite identificar performance mais acentuada dos componentes mais diretamente ligados ao nível de atividade econômica, com ênfase para o IOF, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Imposto sobre Importação (II) e Imposto de Renda cobrado das pessoas jurídicas, que cresceram 151,5%, 29,6%, 27,7% e 20,8%, respectivamente.

Aliás, a concentração do acréscimo da cunha pela ótica financeira, em um ambiente que paradoxalmente combina incremento dos juros e dos prazos de pagamento das aquisições de bens semiduráveis e duráveis e o predomínio de uma estrutura oligopolizada do sistema bancário, umbilicalmente atrelado ao financiamento da dívida líquida do setor público, representa argumentos suficientes para o entendimento da elevação da arrecadação com ampliação de alíquotas, configurando uma espécie de curva de Lafer invertida.

A chamada Curva de Lafer (Arthur) demonstra uma relação direta entre a carga de alíquotas de impostos e a arrecadação, até o limite de suporte que estimula a sonegação e a evasão fiscal.

Com isso, conforme estimativas do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), a carga tributária brasileira teria atingido 39,0% do Produto Interno Bruto (PIB), contra média de 35,0% do PIB registrada no início do governo Lula. Para piorar, o Senado estaria prestes a aprovar um substituto da CPMF, a Contribuição Social para a Saúde (CSS), que já tramitou e recebeu luz verde na Câmara dos Deputados.

AVANÇO SEMESTRAL DE 11,3% NA INDÚSTRIA PARANAENSE

Todos os estados pesquisados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentaram crescimento da produção industrial no primeiro semestre de 2008, com destaque para Espírito Santo (16,1%), Paraná (11,3%), Goiás (11,1%) e São Paulo (9,8%). A taxa média das 14 regiões acompanhados pelo Instituto ficou em 6,3%. Na maioria desses estados, as estruturas industriais mais relevantes foram os setores de produção de bens de capital, de bens de consumo e de alimentos.

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação, coordenador do Curso de Ciências Econômicas da UNIFAE - Centro Universitário Franciscano - FAE Business School.

** Acadêmicas de Ciências Econômicas, estagiárias do IPARDES.

No Paraná, o setor de edição e impressão foi o principal responsável pelo crescimento, com 98,5% de expansão em comparação com junho de 2007. Livros e impressos didáticos se destacaram nessa seção. Apresentaram bom desempenho, ainda, os setores de minerais não-metálicos (37,2%), com ênfase para o cimento; veículos automotores (26,2%), principalmente os caminhões; celulose e papel (14,6%), devido à produção de cartolina; e máquinas e equipamentos (11,3%), com as máquinas para colheita.

Contribuindo negativamente, pode-se citar: madeira (-8,2%), outros produtos químicos (-4,1%), mobiliário (-4%) e alimentos (-3,3%), principalmente devido à queda nos itens carnes e miudezas de aves.

AUMENTO DOS EMPREGOS E DOS SALÁRIOS NA INDÚSTRIA

Em junho, a indústria nacional empregou 2,5% a mais do que no mesmo período de 2007. Na comparação semestral, o crescimento foi de 2,7%, sendo a maior expansão registrada desde 2002 pelo IBGE. O salário registra aumento de 6,7% em relação ao mesmo mês do ano anterior, e 6,5% no acumulado do semestre. Esses bons resultados são consequência do alto nível de produção, cujos destaques são máquinas e equipamentos, material de transporte e produtos eletrônicos.

Das 14 regiões pesquisadas, apenas duas obtiveram resultado negativo no número de empregos: Espírito Santo (-1,9%) e Santa Catarina (-0,4%).

No Paraná, de acordo com a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário, a quantidade de pessoal ocupado cresceu 2,3% no semestre. Os setores que mais contrataram foram: máquinas e equipamentos (26,3%), meios de transporte (9,3%) e metalúrgica básica (8%). Por outro lado, o setor de fumo foi o que registrou a maior queda (-40,3%), seguido de vestuário (-7,4%) e têxtil (-5,8%). Já a folha de pagamento real ficou acima da média nacional no primeiro semestre de 2008, com 7,2% de aumento.

COMÉRCIO APRESENTA BOM DESEMPENHO

De acordo com o IBGE, em junho de 2008 as vendas do comércio varejista no Brasil cresceram 1,3%, na comparação com o mês imediatamente anterior. No primeiro semestre do ano, a alta foi de 10,6%, apresentando a maior variação desde 2001, quando teve início a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC). Os estados com melhores resultados foram Rio Grande do Norte (15,9%), São Paulo (14,3%) e Mato Grosso (12,1%).

O Paraná encerrou o primeiro semestre com crescimento de 6,2%, abaixo da média nacional. O mesmo ocorreu na variação mensal com base em junho de 2007, uma vez que o Estado apresentou aumento de 4,2%, enquanto a média brasileira foi de 8,2%.

Os destaques semestrais do comércio varejista paranaense foram: equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (33,3%); outros artigos de uso pessoal e doméstico (18%); móveis e eletrodomésticos (13,7%), e artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos (11,1%). Por outro lado, o setor de combustíveis e lubrificantes sofreu variação negativa de 4,7%.

Para o IBGE, o desempenho do varejo se deve ao bom momento da economia brasileira, ou seja, ao aumento da renda média dos trabalhadores, à estabilidade no emprego e, principalmente, à oferta de crédito. No entanto, a inflação dos alimentos fez com que o ramo de hiper e supermercados perdesse destaque.

AGROPECUÁRIA

Duas novas variedades de trigo

Foram lançadas duas novas variedades de trigo desenvolvidas pelo Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), em parceria com a Fundação Meridional de Apoio à Pesquisa Agropecuária.

Essas variedades, com grãos do tipo semiduro, são voltadas para o uso na panificação industrial. As sementes estarão disponíveis aos produtores na próxima safra.

IAPAR e Meridional lançam novas variedades. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 1º jul. 2008. Caminhos do Campo, p. 2.

OCEPAR organiza consórcio para compra de insumos

A Organização das Cooperativas do Paraná (OCEPAR) articula a criação de um consórcio entre as cooperativas do Estado, visando reduzir os custos com insumos e fertilizantes. Até agora, 20 cooperativas demonstraram interesse em fazer parte do consórcio.

Em 2008, as cooperativas associadas à OCEPAR esperam faturar R\$ 18 bilhões, e seus investimentos devem chegar a R\$ 1,3 bilhão.

LIMA, Marli. Setor deve ter receita de R\$ 18 bilhões no Paraná. *Valor Econômico*, São Paulo, 6 ago. 2008. Agronegócios, p. B12.

AGROINDÚSTRIA

Coamo investe em soja

A Coamo, maior cooperativa agroindustrial do País, divulgou seu programa de investimentos para o período de 2008 a 2010, que contará com R\$ 180 milhões.

Desse montante, R\$ 68 milhões serão investidos na ampliação do complexo de Campo Mourão, na região Centro-Ocidental do Estado. Nesta instalação, o processamento do grão de soja aumentará em 50%, alcançando 3 mil toneladas por dia. Serão realizadas, também, melhorias em armazenagem e recebimento de grãos e na expansão da oferta de alimentos industrializados.

Para 2008, o faturamento previsto da cooperativa é de R\$ 4,2 bilhões. A Coamo conta com 21 mil associados e colhe 16% da safra de soja do Paraná.

COAMO investe R\$ 70 mi para vender mais soja. *Gazeta do Povo*, Curitiba, 13 jul. 2008. Economia, p. 8.

COAMO investe. *Valor Econômico*, São Paulo, 14 jul. 2008. Empresas, p. B12.

INDÚSTRIA

Votorantim investe em Rio Branco do Sul

Nos próximos três anos, a Votorantim Cimentos irá investir R\$ 400 milhões em uma nova linha de produção na unidade fabril de Rio Branco do Sul (Região Metropolitana de Curitiba). Com isso, a capacidade produtiva da fábrica, atualmente de 4,3 milhões de toneladas, deverá alcançar 6,3 milhões de toneladas de cimento até 2011.

* Elaborado com informações disponíveis entre 01/07/2008 e 30/08/2008.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

*** Acadêmicas de Ciências Econômicas, estagiárias do IPARDES.

A expectativa é de gerar 450 novos empregos, diretos e indiretos. Esse investimento faz parte de um plano de expansão nacional lançado em 2007, que conta com R\$ 1,7 bilhão para a construção de quatro novas fábricas de cimento, cinco novas moagens, além de modernização, ampliação e reativação de outras unidades no País.

CARAZZAI, Estelita Hass. Votorantim investe R\$ 400 milhões em fábrica no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 2 jul. 2008. Economia, p. 22.

NOVA linha de produção. **Estado do Paraná**, Curitiba, 2 jul. 2008. Economia, p. 14.

Ônibus da Volvo exportados para o México

A Volvo do Brasil tem um novo mercado na área de ônibus urbanos. A fábrica de Curitiba exportará para o México 69 unidades, dentre as quais 12 ônibus biarticulados, com 25 metros de comprimento e capacidade para 240 passageiros. Suas carrocerias serão fabricadas na unidade mexicana da Volvo. Os veículos trafegarão na capital e em Guadalajara.

No ano passado, a empresa já havia enviado 24 ônibus articulados para esse país. A subsidiária brasileira exporta, também, para Venezuela, Colômbia e Chile. A Volvo fornece ônibus desde 2005 para o mercado chileno e em 2008 exportará 190 unidades articuladas para o sistema de transporte urbano de Santiago.

Neste ano, a empresa estima produzir cerca de 1,2 mil unidades – aproximadamente o mesmo número de veículos produzidos em 2007.

RIOS, Cristina. Volvo vai exportar biarticulados para o México. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 6 jul. 2008. Economia, p. 5.

Modernização da REPAR

As obras de modernização da Refinaria Presidente Getúlio Vargas (REPAR), localizada em Araucária (Região Metropolitana de Curitiba), reúnem R\$ 7,283 bilhões em contratos assinados. O projeto tinha orçamento inicial de R\$ 3,36 bilhões e previsão de conclusão para 2011, porém deverá superar a marca de R\$ 9 bilhões, e o prazo de término foi prorrogado para 2012.

O principal motivo para o reajuste no custo do projeto é o aquecimento da demanda mundial, que inflacionou o preço dos equipamentos entre 30% e 50%, principalmente em produtos como aço-liga e inox.

Dois contratos sobressaem: o primeiro foi assinado pelo valor de R\$ 2,48 bilhões para construir uma nova unidade de coqueamento retardado, com capacidade de produzir 5 mil metros cúbicos por dia. O coqueamento retardado consiste no processo de transformação de frações pesadas do petróleo em derivados de maior valor agregado, como GLP (gás de cozinha), nafta, gasóleo (matéria-prima para obtenção de GLP e gasolina) e coque (usado pelas indústrias siderúrgica, de celulose e cerâmica). O segundo contrato, assinado pelo valor de R\$ 2,25 bilhões, refere-se à interligação das unidades de coque/HDT (hidrotratamento) e gasolina, e prevê a construção de tubulações, cabos elétricos e de comunicação, bem como de instalações para coleta e tratamento de efluentes e armazenamento dos produtos.

As unidades de gasolina e *diesel* terão, cada uma, capacidade para produzir seis mil metros cúbicos por dia. A nova geração de combustíveis será menos poluente, com índice de 50 partes por milhão (ppm) de emissão de enxofre, respeitando a legislação ambiental que entrará em vigor em 2009. Junto à linha de gasolina, a unidade de coque é considerada o coração do projeto de modernização. A primeira a entrar em operação será a unidade de propeno, em março de 2009, com capacidade de 150 mil toneladas ao ano. Os projetos de produção de gasolina, no valor de R\$ 1,82 bilhão, e de propeno, no valor de R\$ 211 milhões, fazem parte de contratos firmados anteriormente. Outros cinco contratos de menor valor somam R\$ 522 milhões.

A expansão gerada pela construção das novas instalações deve aumentar em 10% a capacidade de processamento da refinaria, que passa de 32 milhões para 35 milhões de litros de petróleo por dia.

REPAR fecha dois contratos bilionários. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 jul. 2008. Economia, p. 18.

ASSINADOS os contratos da REPAR. **Estado do Paraná**, Curitiba, 9 jul. 2008. Economia, p. 16.

RIOS, Cristina. Investimento na REPAR triplica e chega a R\$ 9 bilhões. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 14 jul. 2008. Economia, p. 17.

Itambé aumenta produção

Para os próximos três anos, a Itambé anunciou investimento de R\$ 400 milhões no aumento da sua produção de cimento. Cerca de R\$ 320 milhões serão gastos na construção de um novo forno em Balsa Nova, na Região Metropolitana de Curitiba. Estima-se que a capacidade de produção crescerá de 1,5 milhão para 2,8 milhões de toneladas anuais até o segundo semestre de 2011. Outros R\$ 80 milhões serão aplicados na construção de um centro de distribuição no sul de Santa Catarina e no aumento da capacidade de moagem.

Em 2007, a Itambé produziu 938 mil toneladas de cimento, 12% a mais que em 2006. Este ano, a estimativa é de que haja um aumento de 30% na produção. Fundada em 1938, a empresa conta hoje com dois fornos e tem como principais mercados os estados da Região Sul do Brasil.

A empresa pretende investir na geração de energia e na fabricação de concreto, em parceria com a Concrebras. Também planeja alocar R\$ 40 milhões nesses segmentos. No ano passado, seu faturamento alcançou R\$ 308 milhões.

LIMA, Marli. Itambé planeja novo forno para dobrar produção. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 jul. 2008. Empresas, p. B9.

RUPP, Isadora. Cimento Itambé amplia produção em Balsa Nova. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 jul. 2008. Economia, p. 21.

SAIKI, Lyrian. Itambé anuncia novos investimentos. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 18 jul. 2008. Economia, p. 16.

Bematech em expansão

A companhia paranaense de informática Bematech adquiriu duas empresas de *software*, a MisterChef e a Logic Controls, voltadas para os prestadores de serviços de alimentação e hospitalidade.

A MisterChef atua na gestão de restaurantes, pizzarias, padarias, casas noturnas, entre outras. Fundada há 12 anos, já vendeu mais de 4,5 mil licenças de seus programas. A aquisição foi fechada num modelo de desempenho futuro, com adiantamento de R\$ 5 milhões, valor que poderá ser complementado de acordo com o resultado obtido pela companhia.

A norte-americana Logic Controls é especializada em automação comercial para bares, restaurantes e hotéis. A companhia conta com 20 patentes registradas e tem significativa base de clientes na Ásia. A aquisição também foi realizada no molde de desempenho futuro, com aporte inicial de 11 milhões de dólares.

A Bematech opera há 18 anos como empresa de *hardware* para automação comercial de varejo. Atualmente, seus produtos são dirigidos para empresas de pequeno e médio porte e para o desenvolvimento de *software*. No ano passado, declarou receita líquida de R\$ 243,9 milhões.

BISPO, Tainã. Bematech fecha terceira aquisição em sete meses. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 jul. 2008. Empresas, p. B2.

IACOMINI, Franco. Bematech amplia produtos para restaurantes. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 jul. 2008. Economia, p. 26.

LIMA, Marli. Bematech fecha aquisição da Logic Controls nos EUA. **Valor Econômico**, São Paulo, 1 ago. 2008. Empresas, p. B3.

Internacionalização da Providência

Em julho de 2009, a companhia Providência inaugurará uma subsidiária nos Estados Unidos. Com a intenção de baixar custos, a empresa investirá 120 milhões de dólares na aquisição de duas linhas de produção de não-tecidos, utilizados na fabricação de descartáveis higiênicos e hospitalares. Em março deste ano, a Providência realizou investimentos de R\$ 110 milhões na criação de sua nona linha de produção em São José dos Pinhais.

LIMA, Marli. Providência terá primeira fábrica no exterior. **Valor Econômico**, São Paulo, 1º ago. 2008. Empresas, p. B6.

Nissan nacionaliza produção

Em agosto, a Nissan do Brasil iniciou a produção de nova picape, que deve substituir o modelo importado da Tailândia.

A montadora estima investir 150 milhões de dólares na sua planta de São José dos Pinhais para iniciar, até 2009, a produção de dois carros de passeio, a serem distribuídos no Mercosul.

NISSAN inicia produção da Nova Frontier no Paraná. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1º ago. 2008. Economia, p. 21.

Tecsoft inaugura fábrica em Cambé

Foi inaugurada em Cambé, na região Norte Central, a segunda filial da Tecsoft – indústria de máquinas para sorvete e *milk-shake*. Com mil metros quadrados, recebeu para sua construção investimentos de R\$ 1 milhão, aproximadamente.

A fábrica terá capacidade de montar entre dez e doze equipamentos por mês, e a expectativa é de que em quatro anos atinja a capacidade de produção da matriz, de 80 equipamentos por mês.

MAZZINI, Fernanda. Cambé ganha mais uma indústria hoje. **Folha de Londrina**, 2 ago. 2008. Economia, p. 3.

Nova fábrica da Matte Leão

Uma nova fábrica da Matte Leão será construída no município de Fazenda Rio Grande (Região Metropolitana de Curitiba). Estima-se que a nova unidade exija investimento de R\$ 35 milhões.

Sua principal atividade será a produção de chás líquidos, função dividida com o Rio de Janeiro, e abastecerá os estados da Região Sul do País, além de Mato Grosso do Sul e parte de São Paulo. A Matte Leão conta ainda com outras duas fábricas, em Curitiba e em Fernandes Pinheiro, responsáveis pela linha seca (erva pronta para infusão).

BERTOLDI, Andréa. Matte Leão vai instalar fábrica em Fazenda Rio Grande. **Folha de Londrina**, 12 ago. 2008. p. 4.

FÁBRICA da Matte Leão vai para Fazenda Rio Grande, diz governo do PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 12 ago. 2008. p. 21.

Air Liquide em Araucária

Uma nova fábrica da Air Liquide será inaugurada no mês de agosto, em Araucária (Região Metropolitana de Curitiba).

A fábrica de CO₂ terá um investimento de R\$ 10,5 milhões e atenderá principalmente ao mercado de bebidas, alimentos, soldagem e papel.

NOVA fábrica. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 14 ago. 2008. Economia, p. 13.

Petróleo impulsiona Aker Solutions

A multinacional norueguesa Aker Solutions, cuja filial brasileira está sediada em Curitiba desde a década de 1970, planeja expandir os investimentos em sua divisão de engenharia submarina, motivada pela demanda da Petrobras por equipamento de exploração em águas profundas. Nos próximos três anos, a Aker fornecerá 45 árvores-de-natal molhadas (maquinário que controla o fluxo de produção no fundo do mar) e outros equipamentos que gerarão receita de 223 milhões de dólares. A empresa estima que a demanda da Petrobras cresça, ao menos, 50% ao ano com a descoberta dos novos campos.

Nos últimos três anos, a Aker investiu R\$ 50 milhões na expansão dessa divisão. As árvores-de-natal molhadas apresentam 90% de nacionalização; nos demais produtos, o índice é de 60%. Em agosto, a empresa anunciou que fornecerá equipamento de perfuração para dois navios da Odebrecht, o que renderá aproximadamente 260 milhões de dólares.

LIMA, Marli. Aker investe no País para atender Petrobras. **Valor Econômico**, São Paulo, 18 ago. 2008. Empresas, p. B7.

Produção de biodiesel em Andirá

A Conatus Bioenergia construirá usina de produção de biodiesel em Andirá, no Norte Pioneiro. A expectativa é de que a unidade comece suas operações em abril de 2009. Serão investidos R\$ 140 milhões na planta, que terá capacidade de produção estimada em 115 milhões de toneladas de biodiesel por ano.

A usina utilizará, primordialmente, a soja como matéria-prima, mas poderá empregar girassol, nabo forrageiro e gordura animal na produção do combustível.

CRUZ, Patrick. Com novos sócios, Conatus processará biodiesel no PR. **Valor Econômico**, São Paulo, 27 ago. 2008. Empresas, p. B11.

Continental expande operações em Ponta Grossa

A ContiTech, divisão da multinacional alemã Continental, expandirá suas instalações em Ponta Grossa, região Centro-Oriental do Paraná, onde se instalou há seis anos. A empresa investirá R\$ 36 milhões na construção de uma unidade de produção de esteiras para transporte de passageiros e de carga. Essa fábrica, com 7 mil metros quadrados, ocupará área adjacente às atuais instalações da companhia, doada pela prefeitura local. Espera-se que a nova fábrica comece a funcionar em 2009.

BERTOLDI, Andréa. Fábrica de esteiras investe R\$ 36 mi em PG. **Folha de Londrina**, 28 ago. 2008. Economia, p. 4.

Imcopa investirá no mercado interno

A Imcopa, indústria de derivados de soja, planeja investir 250 milhões de dólares nos próximos cinco anos. A empresa processa 2,2 milhões de toneladas de soja e exportava 90% de sua produção. Recentemente, decidiu voltar sua produção para o mercado interno, e passará a destinar metade das 450 mil toneladas de óleo que refina para o Brasil. A decisão foi tomada, em parte, para que o volume de créditos de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que acumulou com operações de exportação seja utilizado nas vendas nacionais.

A Imcopa expandiu a capacidade de refino em suas unidades de Araucária (Região Metropolitana de Curitiba) e Cambé (Norte Central Paranaense). Nessas plantas, investiu, respectivamente, 8 milhões e 4 milhões de dólares. Em 2008, seu faturamento deve alcançar 1,6 bilhão de dólares.

CARAZZAI, Estelita Hass. Imcopa se volta para o mercado interno para recuperar ICMS. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 ago. 2008. Economia, p. 24.

LIMA, Marli. Imcopa planeja investir US\$ 250 milhões e ampliar venda no mercado doméstico. **Valor Econômico**, São Paulo, 29 ago. 2008. Empresas, p. B12.

COMÉRCIO

Shopping de automóveis

O MetrÓpole Shopping de AutomÓveis terá investimento de R\$ 5 milhões e deve começar a funcionar a partir do mês de novembro em Curitiba.

O empreendimento, que tem capacidade para abrigar 28 revendas, localiza-se no Boqueirão e pretende reunir lojas e serviços automotivos, como financeiras, despachantes, seguradoras, posto de vistoria e loja de acessórios.

A previsão é de que até 2010 a capital conte com mais dois *shoppings* automotivos, reunindo, em cada um deles, aproximadamente 30 lojas. Um deles estará situado no estacionamento do Carrefour Champagnat, e o outro, na Cidade Industrial. Ambos têm orçamento estimado em R\$ 7 milhões.

BERTOLDI, Andréa. *Shopping* de automóveis terá investimento de R\$ 5 mi. **Folha de Londrina**, 5 jul. 2008. Economia, p. 3.

Nova concessionária Slaviero

Uma nova loja de automóveis Ford será construída em Curitiba. A loja terá 7 mil metros quadrados e demandará montante de R\$ 24 milhões para a sua construção. O grupo Slaviero, que controla quatro concessionárias de automóveis e caminhões na capital paranaense e em Brasília, prevê a inauguração da loja em fins de 2008.

Slaviero vai investir R\$24 milhões em nova loja. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 jul. 2008. Economia, p. 18.

IMC leva duas redes a capital paranaense

A International Meal Company (IMC) inaugurou em Curitiba cinco filiais de duas de suas cadeias de restaurantes: Viena e Brunella. Dessa maneira, a IMC, fundada em 2007, passará a contar com 3,5 mil funcionários em 113 unidades, sob 16 bandeiras.

A companhia, que já investiu R\$ 4 milhões na capital, pretende aplicar mais R\$ 6 milhões até o fim do ano, com a abertura de outras seis lojas. Em 2009, almeja expandir a rede para outras cidades do Paraná, como Londrina e Maringá.

RUPP, Isadora Raquel. Curitiba recebe duas redes do eixo Rio-SP. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 jul. 2008. Economia, p. 7.

Destro MacroAtacado amplia sua rede

A Destro MacroAtacado, com sede em Cascavel, inaugurará em Curitiba um centro de distribuição de bens de consumo, no qual foram investidos R\$ 100 milhões.

A empresa é a maior do setor no Brasil, atuando em oito estados e em três países do Mercosul.

CENTRO de distribuição. **O Estado de S. Paulo**, 30 jul. 2008. Economia, p. 14.

INFRA-ESTRUTURA

Apucarantina recebe investimentos da COPEL

A usina hidrelétrica localizada no interior da Reserva Indígena de Apucarantina, em Tamarana (região Norte Central), receberá investimentos de R\$ 3 milhões em automação e instalação de equipamentos de última geração.

A intenção é de que, em breve, a usina passe a ser operada a distância pelo centro de operação de geração da Companhia Paranaense de Energia (COPEL), localizado em Curitiba. Instalada na margem direita do rio Apucarantina (afluente do rio Tibagi), a hidrelétrica possui capacidade de gerar 10 megawatts de energia.

COPEL reforma e automatiza a Apucarantina. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 12 jul. 2008. Economia, p. 14.

SERVIÇOS

ALL investe em locomotivas

A América Latina Logística (ALL) investiu R\$ 110 milhões na aquisição de 50 locomotivas. As novas unidades visam atender à demanda de transporte da safra de 2009 e devem começar a rodar no primeiro trimestre do ano que vem.

MAIS locomotivas. **O Estado do Paraná**, Curitiba, 4 jul. 2008. Economia, p. 15.

ALL investe R\$ 110 mi em locomotivas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 4 jul. 2008. Economia, p. 20.

Combate a incêndios florestais

A Britanite-IBQ Indústrias Químicas, controlada pela CR Almeida, uniu-se à Radix para a criar a Rio Sagrado, empresa que atuará no combate a incêndios florestais.

A CR Almeida entrou com o capital na sociedade, e a Radix, com a tecnologia desenvolvida nos últimos 15 anos. Sediada em Quatro Barras, na Região Metropolitana de Curitiba, a nova empresa tem planos para atuar em todo o mundo.

LIMA, Marli. CR Almeida entra em novo segmento. **Valor Econômico**, São Paulo, 25 jul. 2008. Empresas, p. B6.

Terminal sucroalcooleiro

O armazém do extinto Instituto Brasileiro do Café (IBC) será transformado em um terminal de cargas de álcool e açúcar e servirá de entreposto para duas cooperativas, a Agroindustrial do Vale do Ivaí Ltda. (Cooperval) e a Vale do Ivaí S.A.

Localizado em Jandaia do Sul (região Norte Central do Estado), o terminal de cargas rodoferroviário deve receber R\$ 10 milhões em investimentos para adaptação do espaço de carga. O departamento de patrimônio da União alugou o espaço às cooperativas por vinte anos. O entreposto poderá atender à demanda de outras usinas, inclusive de outros estados. Para oferecer seus serviços, foi constituída nova empresa (Ivalog), que deve gerir todo transbordo de açúcar e álcool para o Porto de Paranaguá.

Atualmente, a Vale do Ivaí exporta 100% de sua produção de açúcar e 30% de sua produção de álcool; a Cooperval reúne 127 médios e pequenos agricultores, que plantam 15,6 mil hectares de cana-de-açúcar. Juntas, as duas usinas moem 250 mil toneladas.

FILHO, Edson Pereira. Antigo IBC vai virar terminal sucroalcooleiro. **Folha de Londrina**, 31 jul. 2008. Economia, p. 4.

IFET chega a Londrina

Londrina será a sétima cidade do Paraná a ganhar uma unidade do Instituto Federal de Educação Tecnológica (IFET). Entre as outras seis estão Foz do Iguaçu, Jacarezinho, Paranaguá, Paranavaí, Telêmaco Borba e Umuarama.

O projeto está orçado em R\$ 5 milhões, incluindo os R\$ 2,7 milhões utilizados para a construção da sede, por meio de recursos do Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), vinculados ao Ministério da Educação (MEC). O prédio tem área de 1.552,96 metros quadrados e possui quatro pavimentos, quatro laboratórios, sete salas de aula e quatro salas de apoio.

Dois dos cursos oferecidos pela instituição já foram definidos: prótese dentária e higiene dental. Ambos serão ofertados no início de 2009, contando com 30 vagas em cada um deles. O perfil dos outros três cursos deve ser definido em conjunto com comunidade, e a previsão é de que possuam, cada um, 20 vagas. Todos serão cursos técnicos na área de saúde, e 50% de suas vagas deverão ser gratuitas. Até o final de 2010, pretende-se que sejam abertas mil vagas.

ZANON, Erika. Londrina ganha Instituto de Educação Tecnológica. **Folha de Londrina**, 16 ago. 2008. Economia, p. 8.

ZANON, Erika. Aulas no IFET devem começar em março. **Folha de Londrina**, 19 ago. 2008. Economia, p. 3

CIDADANIA

Parcela da população de Londrina sobrevive com baixos rendimentos

Segundo levantamento realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, cerca de 60 mil habitantes de Londrina, pouco mais de 10% da população, sobrevive com aproximadamente R\$ 4 por dia, sendo que, entre eles, 56 mil recebem ajuda de programas governamentais. Grande parte desta população não conta com uma fonte fixa de renda e sobrevive de trabalhos eventuais e doações.

Os quatro reais diários possibilitam a compra, no final do mês, de aproximadamente 60% da cesta básica, cujo valor está em torno de R\$ 190,00. Entretanto, itens de vestuário, higiene e limpeza não estão inclusos, garantindo apenas a quantidade de alimentos necessária a uma pessoa mensalmente.

FARO, Fernando Rocha. 10% da população vive com R\$ 4,00 por dia. **Folha de Londrina**, 1 jul. 2008. Cidades, p. 3.

Trabalhos sociais são ampliados no inverno

O trabalho social de instituições e as doações particulares no período do inverno são cada vez mais presentes nas arrecadações de agasalhos e cobertores em Curitiba. O projeto "Doe Calor", da Fundação de Ação Social (FAS), já beneficiou 297 entidades com 15 mil cobertores, 92 mil peças de roupa e 450 colchões. O Instituto Pró-Cidadania de Curitiba (IPCC), parceiro na campanha, facilita a colaboração fornecendo caixas e cartazes para os estabelecimentos interessados. O Recanto do Tarumã e a Casa dos Pobres são alguns dos beneficiados pelo projeto.

CAVAZOTTI, Diogo. O calor da solidariedade. **Folha de Londrina**, 16 jul. 2008. Cad. Curitiba, p. 1.

FREITAS, Rosiane Correia de. Noite sem brilho. **Folha de Londrina**, 17 jul. 2008. Cad. Curitiba, p. 1.

Inclusão de deficientes nas universidades é estimulada

Nos últimos quatro anos, o governo federal, através do Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), enviou R\$ 362,7 mil para os projetos de inclusão de alunos com necessidades especiais na Universidade Federal do Paraná (UFPR) e na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Além do montante investido na acessibilidade física, o dinheiro destinou-se também ao projeto didático-pedagógico. Em Curitiba, parte da verba do Incluir foi usada para a montagem de um laboratório de informática com 21 computadores adaptados. A UFPR Litoral também terá um núcleo de atendimento aos alunos especiais. Atualmente, a UFPR possui 92 alunos portadores de necessidades especiais.

MILAN, Pollianna. Universidades usam verba para ajudar deficientes. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 jul. 2008. p. 13.

Medidas alternativas ao regime carcerário no Paraná

No Brasil, a quantidade de penas ou medidas alternativas (PMA) superou o número de prisões. No Paraná, há 35 mil pessoas presas e 25 mil em sentenças alternativas.

Um dos motivos para a substituição das prisões é a superlotação carcerária. Além disso, as penas alternativas têm uma taxa de reincidência baixa e reduzem os gastos do Estado.

* Elaborado com informações disponíveis entre 01/07/2008 e 30/08/2008.

** Doutora em Ciências Humanas pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), membro/pesquisador do GETS (UFPR), professora do Centro Universitário Franciscano (UniFAE), técnica da equipe permanente desta publicação.

*** Acadêmica de Ciências Econômicas (UFPR), estagiária do IPARDES.

Outro ponto positivo é o caráter socioeducativo das PMA, pois acredita-se que, com elas, os infratores se tornem mais responsáveis. Entre as principais penas diferenciadas estão a doação de cestas básicas e a prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.

MARIA, Marcos Paulo de. Muitos podiam estar fora da cadeia. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 1 ago. 2008. p. 4.

Diminuem adoções de crianças por estrangeiros

O número de adoções de crianças por estrangeiros vem diminuindo nos últimos anos devido principalmente à dificuldade do controle do bem-estar das crianças fora do País. De acordo com a Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH), o número de adoções passou de 440, em 2006, para 348, em 2007, sendo o Paraná o segundo estado com o maior número de adoções por estrangeiros, perdendo apenas para São Paulo.

A Comissão Estadual Judiciária de Adoção do Paraná (CEJA-PR) é responsável pela habilitação dos cidadãos que se interessam em realizar uma adoção. A adoção internacional é, muitas vezes, a última opção para algumas crianças, uma vez que, em termos de prioridade, moradores da comarca de origem, do Estado e do País são privilegiados.

BOREKI, Vinicius. Adoção por estrangeiros cai no Paraná e no Brasil. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 19 ago. 2008. p. 4.

EDUCAÇÃO

Atividades complementares em escolas estaduais

No segundo semestre de 2008, será implantado, pela Secretaria Estadual de Educação, o Projeto Viva Escola, que visa complementar a formação dos alunos das 2.137 escolas estaduais com atividades de contraturno. Ou seja, serão ministrados cursos complementares fora do horário de aula regular. Para isso, deverão ser contratados mais professores, viabilizando aulas adicionais nas áreas cultural, artística, científica e esportiva, bem como cursos de línguas.

DUARTE, Tatiana. Escolas estaduais terão atividades de contraturno após as férias. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 15 jul. 2008. p. 10.

Vagas gratuitas em cursos profissionalizantes

Até 2014, devido a uma decisão do Ministério da Educação, instituições do Sistema S deverão reservar dois terços das vagas dos cursos profissionalizantes para pessoas de baixa renda. Com isso, espera-se assegurar oportunidades de ascensão profissional e reduzir a falta de pessoas qualificadas em algumas funções.

De acordo com a Secretaria da Educação Profissional e Tecnológica do MEC, a empregabilidade, após a participação nos cursos profissionalizantes, chega a 80%.

SILVA, Maria Gizele da. Acordo cria vagas gratuitas na educação profissional. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 25 jul. 2008. p. 4.

TRABALHO

Cidades do interior são as que mais empregam

No primeiro semestre de 2008, foram gerados aproximadamente 110 mil empregos formais no Paraná, segundo o DIEESE-PR. O Norte Pioneiro e o Noroeste foram as regiões que mais se destacaram, devido principalmente à safra agrícola e à indústria da cana-de-açúcar. O interior do Estado criou 68% do total de vagas formais, com taxa de crescimento de 6,37%, enquanto a Região Metropolitana de Curitiba (RMC) registrou variação de 4,47%.

A maior taxa do Estado (10,99%) foi anotada pelo município de Paranavaí, graças à avicultura e à produção de álcool.

NASCIMENTO, Alexandre Costa; ROSSI, Octávio. Emprego no interior cresce 6,3%. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 8 ago. 2008. p. 23.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2008

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008 ⁽¹⁾	6 496	16 742	2 577	47 150	173 060	3 670	27 843	679 607	24 409

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 570	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008 ⁽¹⁾	96 921	149 187	1 539	647 433	55 571 459	85 834	36 751	128 365	3 493

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2008

conclusão

ANO	FEIJÃO			MANDIOCA			MILHO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	44 640	887 810	19 888	2 156 508	5 466 967	2 535
1981	852 835	570 860	669	58 700	1 100 380	18 746	2 161 999	5 363 109	2 481
1982	879 990	666 800	758	62 500	1 218 750	19 500	2 276 700	5 430 000	2 385
1983	699 685	347 035	496	69 870	1 452 870	20 794	2 361 800	5 018 870	2 125
1984	741 001	479 108	647	73 688	1 446 258	19 627	2 447 000	5 400 000	2 207
1985	723 764	499 617	690	85 800	1 722 864	20 080	2 332 840	5 803 713	2 488
1986	627 604	215 701	344	85 800	1 700 000	19 814	2 300 000	4 300 000	1 870
1987	754 210	391 355	519	85 445	1 853 950	21 698	2 846 000	7 641 800	2 685
1988	741 920	457 692	617	85 242	1 855 328	21 765	2 269 862	5 558 805	2 449
1989	528 741	223 031	422	77 349	1 622 846	20 981	2 137 234	5 296 080	2 478
1990	550 591	279 028	507	101 854	2 184 599	21 448	2 079 784	5 160 823	2 481
1991	624 036	348 332	558	102 265	2 261 788	22 117	2 358 797	4 827 112	2 046
1992	595 894	461 162	774	100 000	2 100 000	21 000	2 610 000	7 370 000	2 824
1993	545 800	444 000	813	137 000	3 014 000	22 000	2 703 000	8 158 000	3 018
1994	589 479	526 209	893	157 625	3 419 935	21 700	2 512 859	8 162 472	3 248
1995	487 309	422 451	867	144 000	3 168 000	22 000	2 727 800	8 960 400	3 285
1996	596 125	490 854	823	115 232	2 500 000	21 695	2 463 000	7 911 000	3 212
1997	557 123	475 458	853	144 500	2 600 000	17 993	2 503 003	7 752 217	3 097
1998	564 537	494 556	876	149 934	3 241 800	21 622	2 229 524	7 935 376	3 559
1999	680 317	570 097	838	164 258	3 446 805	20 984	2 520 818	8 777 465	3 482
2000	541 082	500 948	926	182 850	3 779 827	20 672	2 233 858	7 367 262	3 298
2001	428 343	470 214	1 098	172 815	3 614 859	20 918	2 820 597	12 689 549	4 499
2002	526 457	629 059	1 195	142 892	3 463 968	24 242	2 461 816	9 857 504	4 004
2003	544 906	718 084	1 318	108 097	2 476 346	22 909	2 843 704	14 403 495	5 065
2004	503 585	664 333	1 319	150 217	2 956 771	19 683	2 464 652	10 953 869	4 444
2005	435 201	554 670	1 275	166 885	3 346 333	20 052	2 003 080	8 545 711	4 266
2006	589 741	819 094	1 389	169 705	3 789 166	22 328	2 507 903	11 697 442	4 664
2007	545 239	769 399	1 411	173 235	3 762 445	21 719	2 730 179	13 835 369	5 068
2008 ⁽¹⁾	494 733	776 751	1 570	179 985	4 023 656	22 356	2 894 699	15 287 010	5 281

ANO	RAMI			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	6 780	17 000	2 507	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	7 160	10 164	1 420	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	5 818	9 477	1 629	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	4 670	9 583	2 052	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	4 495	9 625	2 141	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	4 887	10 004	2 047	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	5 530	7 000	1 266	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	7 100	15 500	2 183	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	8 162	19 060	2 335	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	8 030	9 193	1 145	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	7 139	10 183	1 426	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	5 595	7 999	1 430	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	5 300	6 500	1 226	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	5 650	7 200	1 548	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	3 482	3 992	1 146	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 913	2 922	1 003	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 550	4 970	1 940	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	1 816	3 616	1 991	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	818	1 615	1 974	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	465	992	2 133	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	465	1 006	2 163	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	387	865	2 235	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	470	1 357	2 887	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	539	1 361	2 525	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	539	1 197	2 221	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	539	1 118	2 074	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	447	1 221	2 732	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	394	1 072	2 721	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008 ⁽¹⁾	447	1 023	2 289	3 969 853	11 800 845	2 973	1 142 879	2 908 098	2 545

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2008

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)			PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos		Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459	Abril	154 305	22 120	33 389
1998	854 517	236 358	193 435	Maio	174 150	25 067	40 391
1999	957 237	198 873	229 466	Junho	161 478	23 230	37 481
2000	1 041 412	181 113	235 315	Julho	168 954	22 726	39 401
2001	1 121 828	197 985	263 451	Agosto	183 387	24 239	38 801
2002	1 235 681	219 350	333 951	Setembro	166 480	23 182	34 590
2003	1 344 398	219 774	359 139	Outubro	195 040	31 336	36 530
2004	1 557 747	276 806	340 568	Novembro	187 998	28 162	36 271
2005	1 788 481	308 947	367 765	Dezembro	177 517	25 686	32 275
2006	1 856 061	316 898	390 394	2008 ⁽¹⁾	586 543	65 468	105 707
2007 ⁽¹⁾	2 057 318	295 010	437 152	Janeiro	207 622	23 875	36 983
Janeiro	171 625	24 474	36 043	Fevereiro	185 110	21 375	33 944
Fevereiro	148 550	22 662	33 603	Março	193 812	20 218	34 780
Março	167 834	22 124	38 377				

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2007

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
	US\$ mil FOB	Part. (%)	Semimanufaturados		Manufaturados		US\$ mil FOB	Part. (%)	
			US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)			
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 814	45,38	665 062	15,73	1 614 175	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 679	44,14	626 797	15,94	1 528 134	38,86	41 954	1,07	3 932 564
2000	1 661 224	37,82	498 625	11,35	2 156 708	49,10	75 534	1,72	4 392 091
2001	2 280 929	42,89	561 244	10,55	2 414 089	45,40	61 247	1,15	5 317 509
2002	2 383 978	41,82	668 790	11,73	2 574 063	45,16	73 368	1,29	5 700 199
2003	2 984 894	41,73	877 823	12,27	3 212 969	44,92	77 549	1,08	7 153 235
2004	3 908 802	41,60	969 038	10,31	4 428 832	47,13	89 862	0,96	9 396 534
2005	3 297 487	32,90	993 480	9,91	5 597 653	55,85	134 049	1,31	10 022 669
2006	2 930 533	29,30	1 146 908	11,47	5 742 323	57,41	182 177	1,82	10 001 941
2007 ⁽¹⁾	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008 ⁽¹⁾	3 066 823	40,11	732 964	9,59	3 707 652	48,49	138 265	1,81	7 465 705
Janeiro	257 432	25,17	121 447	11,87	625 783	61,19	18 106	1,77	1 022 768
Fevereiro	346 458	35,56	85 808	8,81	521 469	53,52	20 688	2,12	974 423
Março	417 813	37,92	96 665	8,77	573 064	52,01	14 355	1,30	1 101 898
Abril	537 568	45,24	104 914	8,83	537 739	45,25	8 095	0,68	1 188 315
Maio	912 919	48,79	141 739	7,58	772 403	41,28	44 003	2,35	1 871 064
Junho	594 635	39,98	182 391	12,26	677 193	45,53	33 018	2,22	1 487 237
Julho	832 311	46,09	194 045	10,74	745 504	41,28	34 141	1,89	1 806 000

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2008

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	-3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	-5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	-6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	-6 623 614
1999	3 932 564	3 699 957	232 607	48 011 444	49 294 639	-1 283 195
2000	4 392 091	4 685 381	-293 290	55 085 595	55 838 590	-752 994
2001	5 317 509	4 929 457	388 052	58 222 642	55 572 176	2 650 436
2002	5 700 199	3 333 814	2 366 386	60 361 786	47 236 752	13 125 034
2003	7 153 235	3 486 013	3 667 222	73 084 140	48 304 598	24 779 541
2004	9 396 534	4 026 197	5 370 337	96 475 244	62 813 151	33 662 093
2005	10 022 669	4 527 172	5 495 497	118 308 387	73 597 900	44 710 487
2006	10 001 941	5 977 953	4 023 988	137 469 700	91 383 878	46 085 822
2007 ⁽¹⁾	12 352 857	9 016 749	3 336 109	160 649 073	120 624 439	40 024 634
Janeiro	659 338	474 086	185 252	10 983 868	8 468 319	2 515 549
Fevereiro	761 248	539 368	221 879	10 129 505	7 230 221	2 899 285
Março	1 005 314	751 224	254 090	12 888 956	9 583 081	3 305 875
Abril	1 028 832	507 388	521 444	12 446 172	8 268 307	4 177 865
Maio	1 086 942	740 509	346 433	13 647 281	9 793 915	3 853 366
Junho	1 121 023	608 699	512 324	13 118 083	9 297 190	3 820 893
Julho	1 139 258	1 055 803	83 455	14 119 548	10 775 578	3 343 970
Agosto	1 177 934	733 397	444 537	15 100 029	11 558 343	3 541 686
Setembro	1 063 477	867 363	196 114	14 165 675	10 694 466	3 471 209
Outubro	1 245 111	975 522	269 589	15 767 822	12 333 796	3 434 026
Novembro	1 092 687	837 843	254 844	14 051 330	12 025 393	2 025 938
Dezembro	971 695	925 547	46 149	14 230 803	10 595 830	3 634 973
2008 ⁽¹⁾	9 451 705	8 268 237	1 183 467	111 096 090	96 458 282	14 637 808
Janeiro	1 022 941	803 112	219 829	13 276 884	12 334 133	942 751
Fevereiro	974 475	1 092 216	-117 741	12 799 920	11 919 588	880 331
Março	1 102 108	851 965	250 143	12 612 775	11 600 581	1 012 194
Abril	1 188 507	631 861	556 646	14 058 430	12 313 260	1 745 171
Maio	1 871 670	1 839 228	32 442	19 303 363	15 228 545	4 074 818
Junho	1 487 237	1 380 759	106 477	18 593 307	15 874 848	2 718 459
Julho	1 806 000	1 668 672	137 329	20 451 410	17 148 659	3 302 751

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2008

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)													
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Maio/07	Jun/07
Combustíveis e lubrificantes	78,08	80,11	93,81	100,00	103,84	101,62	84,92	87,15	80,93	83,30	99,00	89,08	92,49	97,11
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	112,36	109,77	103,46	100,00	111,47	103,67	109,97	117,21	106,57	104,55	119,68	116,63	111,83	111,53
Hipermercados e supermercados	111,21	109,32	103,38	100,00	111,52	102,85	108,97	116,19	105,64	103,65	118,59	115,48	110,78	110,46
Tecidos, vestuário e calçados	107,72	108,87	95,83	100,00	107,38	108,34	106,77	112,28	98,63	78,44	93,03	111,04	135,94	102,22
Móveis e eletrodomésticos	99,69	95,18	93,66	100,00	129,42	146,38	159,09	178,86	180,81	132,56	160,12	154,04	185,55	161,39
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	100,00	106,49	117,25	124,58	131,60	117,98	110,54	130,75	119,37	132,49	131,88
Livros, jornais, revistas e papeleria	100,00	86,81	86,80	83,57	87,13	107,72	107,90	107,87	81,91	77,40	75,18
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	100,00	97,82	173,86	263,35	338,15	282,28	250,16	332,66	274,27	300,74	323,06
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	100,00	114,68	130,80	151,90	165,88	144,08	121,11	145,25	156,53	166,21	143,97
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	100,72	99,82	99,14	100,00	111,28	110,20	113,42	121,49	112,28	102,99	120,18	117,44	122,43	116,22

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2003 = 100)													
	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Maio/08	Jun/08	
Combustíveis e lubrificantes	95,49	93,24	84,92	80,59	74,37	75,25	83,95	76,56	81,56	88,22	86,35	91,23	97,78	
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	111,68	114,28	120,84	118,82	118,30	151,80	118,00	118,39	112,34	131,79	119,37	116,07	110,01	
Hipermercados e supermercados	110,74	113,26	119,90	117,66	117,24	150,82	116,86	117,68	111,40	130,69	118,11	114,48	108,78	
Tecidos, vestuário e calçados	108,44	107,18	98,71	105,38	112,49	195,85	112,32	113,12	85,23	99,63	128,54	133,14	114,23	
Móveis e eletrodomésticos	169,28	182,58	166,93	189,45	191,95	271,70	184,71	202,10	157,89	181,37	175,80	208,00	183,11	
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	125,30	137,92	131,65	138,69	139,12	163,56	137,55	133,32	123,26	142,56	131,88	150,59	143,68	
Livros, jornais, revistas e papeleria	80,79	86,27	74,08	61,69	62,72	122,01	99,50	114,83	118,99	107,01	82,86	81,47	91,84	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	347,85	355,91	352,63	368,70	370,65	498,93	392,47	425,62	324,40	358,38	407,68	397,94	440,81	
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	143,64	157,85	150,55	173,81	175,84	311,70	172,33	167,21	141,05	185,60	161,48	197,39	181,24	
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	117,35	120,89	119,66	122,15	121,93	164,31	123,28	123,75	112,01	129,92	123,82	129,10	121,10	

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 1991-2008

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																	
	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07
Indústria de transformação	79,4	77,4	86,6	94,5	89,2	92,5	97,7	101,1	99,7	99,0	102,5	100,0	105,7	116,3	117,9	116,0	123,8	105,6
Alimentos	78,5	78,2	93,3	93,6	84,2	88,9	85,8	90,6	96,2	93,9	99,3	100,0	104,7	109,8	106,1	112,2	116,1	88,1
Bebidas	64,0	51,4	44,3	56,7	74,7	66,2	61,0	62,7	67,6	71,9	91,8	100,0	94,4	98,9	106,0	121,2	120,2	115,8
Madeira	60,2	62,0	64,9	62,8	62,0	67,1	65,2	82,7	83,0	85,0	91,0	100,0	113,1	132,0	115,9	101,2	95,7	89,2
Celulose, papel e produtos de papel	98,0	95,9	99,1	103,0	101,8	104,6	114,2	113,4	112,9	117,8	104,2	100,0	100,2	104,7	112,7	114,8	114,1	115,0
Edição, impressão e reprodução de gravações	100,0	133,5	186,5	190,7	211,0	181,2	197,9
Refino de petróleo e álcool	76,9	74,1	84,0	94,0	82,6	96,2	96,7	93,0	107,3	102,5	108,7	100,0	99,6	87,7	96,2	97,3	93,8	86,9
Outros produtos químicos	61,9	67,5	81,3	94,4	80,7	103,9	110,1	100,1	107,5	117,8	116,4	100,0	105,4	94,4	76,4	74,4	82,5	58,0
Borracha e plástico	88,1	82,9	90,5	72,1	70,6	100,7	113,5	111,2	100,0	90,3	90,5	100,0	95,0	99,8	96,1	108,8	111,4	108,7
Minerais não metálicos	65,5	64,6	65,0	61,3	70,6	80,2	92,6	87,0	89,8	91,6	92,7	100,0	97,2	91,4	94,6	90,0	95,1	90,8
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	151,4	145,9	118,6	127,1	148,3	153,3	151,1	134,2	121,8	98,0	94,9	100,0	98,6	104,3	101,5	102,4	107,8	90,7
Máquinas e equipamentos	42,8	36,1	42,9	58,2	63,9	73,3	72,4	63,4	62,7	73,3	80,9	100,0	113,8	138,1	122,7	121,8	147,8	123,6
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	115,9	96,6	96,8	116,1	145,4	151,4	191,8	184,8	152,4	265,4	248,1	100,0	97,3	91,2	114,5	115,8	138,0	122,2
Veículos automotores	62,3	62,7	91,6	135,3	129,5	84,9	112,8	106,4	79,2	101,8	101,8	100,0	117,3	176,8	214,1	170,3	222,1	167,6
Mobiliário	59,9	44,4	53,5	58,1	68,7	91,9	87,8	93,4	98,7	106,2	99,0	100,0	90,7	92,9	88,2	89,9	101,6	81,9

SEÇÃO/ATIVIDADE ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2002 = 100) ⁽²⁾																	
	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08
Indústria de transformação	106,1	128,4	121,4	124,9	122,6	127,4	136,7	123,3	145,6	126,0	117,0	131,6	125,3	118,9	130,8	133,6	142,5	138,2
Alimentos	90,9	114,6	121,1	116,6	127,3	127,0	138,1	127,7	133,3	113,0	95,7	106,3	94,9	78,8	103,8	111,5	125,3	123,2
Bebidas	108,9	121,1	109,2	105,7	88,9	97,7	116,3	111,8	123,2	165,9	177,6	108,8	114,0	102,1	120,1	109,3	105,1	102,4
Madeira	90,3	91,4	86,0	101,3	98,7	98,8	106,2	97,8	98,9	95,0	94,8	97,5	103,3	101,7	104,8	92,6	92,2	90,6
Celulose, papel e produtos de papel	107,8	118,1	117,5	111,7	119,5	120,3	124,6	91,4	114,3	106,2	123,2	132,0	131,9	123,1	131,3	133,5	135,1	136,9
Edição, impressão e reprodução de gravações	197,8	236,6	230,0	114,3	102,8	149,9	168,5	155,0	296,9	174,5	150,0	237,8	229,5	210,7	203,9	227,2	351,7	204,0
Refino de petróleo e álcool	69,5	93,2	90,5	106,0	99,1	92,6	106,1	103,5	105,6	69,8	103,0	98,6	91,2	89,1	94,5	99,4	108,6	108,6
Outros produtos químicos	79,4	83,6	71,5	72,6	89,9	90,5	106,1	101,2	102,5	67,2	67,8	67,8	78,4	66,2	51,7	68,0	56,2	86,2
Borracha e plástico	100,4	120,5	105,2	109,0	104,7	111,7	115,9	109,3	128,1	116,6	107,1	120,6	117,4	110,6	119,2	124,0	129,5	122,6
Minerais não metálicos	97,7	108,8	119,6	115,5	87,5	83,2	83,1	79,0	100,3	93,0	83,0	111,8	100,6	106,9	111,8	112,0	119,2	120,1
Produtos de metal - excl. máquinas e equip.	99,3	121,9	113,3	125,9	97,7	120,1	127,0	106,8	110,3	90,1	91,0	109,4	98,0	96,6	105,5	117,0	118,1	121,3
Máquinas e equipamentos	125,8	147,1	130,8	155,1	152,7	162,6	141,1	145,0	166,8	165,4	158,2	166,3	161,5	158,1	170,4	165,2	172,8	169,8
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	116,2	131,6	137,9	152,2	139,1	153,9	165,0	129,6	137,0	137,0	134,8	134,2	150,1	136,1	129,1	117,9	123,1	148,6
Veículos automotores	176,0	238,0	185,7	233,0	215,8	228,0	255,2	206,3	289,6	275,5	194,8	271,3	245,3	260,0	297,0	287,1	265,9	272,4
Mobiliário	84,5	92,6	93,4	100,3	95,4	100,9	109,6	105,3	114,9	126,9	113,1	86,3	90,6	81,7	81,4	81,7	90,7	91,6

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

(2) Índice sem ajuste sazonal.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2001-2008

SEÇÃO / DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)												
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	Jan/07	Fev/07	Mar/07	Abr/07	Mai/07	Jun/07
Indústria geral	99,9	100,1	102,5	106,7	108,2	105,7	109,0	106,1	106,3	107,5	108,5	109,3	109,0
Indústrias extrativas	99,0	95,3	91,0	83,1	74,6	75,1	76,6	76,6	77,2	76,9	76,6	77,7	77,1
Indústria de transformação	99,9	100,2	102,7	107,0	108,7	106,1	109,4	106,5	106,7	107,9	108,9	109,7	109,4
Alimentos e bebidas	103,9	112,9	124,0	130,2	145,8	148,5	156,6	155,9	157,8	158,1	156,4	157,2	155,5
Fumo	160,7	151,6	139,3	171,8	176,0	172,7	203,6	110,7	301,0	409,6	411,3	389,2	279,8
Têxtil	103,9	104,5	98,9	97,5	93,0	98,0	90,6	91,5	90,4	93,1	92,8	92,6	92,2
Vestuário	99,1	109,7	119,8	137,4	143,1	130,7	127,1	122,1	125,6	127,4	130,4	130,9	127,7
Calçados e couro	102,3	94,2	84,9	77,5	87,3	100,3	104,4	93,6	98,0	100,7	99,8	100,5	101,0
Madeira	88,5	80,1	77,6	79,5	68,5	56,5	49,9	51,0	50,0	51,0	50,3	48,3	47,3
Papel e gráfica	99,8	101,8	112,3	115,9	117,0	121,5	127,5	125,5	125,7	126,8	126,9	127,4	128,1
Refino de petróleo e combustíveis	130,3	139,5	194,0	200,3	193,1	214,1	231,6	150,6	156,6	185,3	245,7	276,8	272,4
Produtos químicos	97,9	94,7	85,4	84,5	82,9	92,2	107,9	106,0	105,6	106,5	106,8	108,0	109,1
Borracha e plástico	99,1	102,9	92,1	90,5	92,8	91,2	94,7	93,5	94,0	94,8	94,7	96,4	97,5
Minerais não-metálicos	104,0	115,4	112,6	116,0	119,9	113,9	129,7	131,5	129,3	127,2	128,3	127,6	128,5
Metalurgia básica	109,3	91,8	83,4	79,7	81,4	72,5	68,0	65,3	65,8	65,9	65,7	66,1	67,0
Produtos de metal ⁽¹⁾	101,0	95,4	97,4	96,9	99,4	101,1	96,0	94,5	92,9	93,4	93,2	95,0	97,2
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	100,7	111,3	125,2	137,6	137,2	125,6	134,1	124,0	120,6	121,0	128,4	130,9	131,5
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	104,8	106,9	96,7	90,5	96,2	94,7	95,0	91,3	95,2	97,6	98,3	99,9	98,2
Fabricação de meios de transporte	97,0	88,2	93,5	101,7	112,5	112,2	142,1	133,7	133,4	135,7	137,5	139,6	141,4
Fabricação de outros produtos	99,1	80,9	71,1	74,5	66,1	63,5	66,2	65,9	64,4	63,9	63,5	64,4	66,5

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)												
	Jul/07	Ago/07	Set/07	Out/07	Nov/07	Dez/07	2008	Jan/08	Fev/08	Mar/08	Abr/08	Mai/08	Jun/08
Indústria geral	108,6	110,3	111,4	111,3	110,9	108,7	110,2	109,4	109,9	110,2	110,8	110,4	110,7
Indústrias extrativas	76,5	77,0	76,1	76,2	76,4	75,2	75,1	73,0	75,4	75,9	75,8	75,9	75,4
Indústria de transformação	109,0	110,7	111,9	111,7	111,3	109,2	110,6	109,8	110,4	110,6	111,2	110,8	111,1
Alimentos e bebidas	155,7	154,7	157,4	157,4	157,4	155,9	160,9	161,4	160,2	160,9	161,6	160,5	160,4
Fumo	84,3	85,2	86,0	89,0	98,4	99,2	194,0	129,1	160,9	229,3	230,5	220,0	166,4
Têxtil	91,7	94,3	92,8	86,1	85,8	83,6	87,0	84,8	88,5	88,2	87,7	85,9	85,5
Vestuário	126,2	129,7	130,2	126,1	127,6	121,5	118,2	116,5	119,3	117,9	119,3	117,1	116,5
Calçados e couro	108,8	112,5	113,2	114,5	113,1	97,3	100,5	96,6	98,7	100,2	104,5	102,5	102,4
Madeira	47,7	51,7	52,2	51,1	49,2	49,0	49,5	50,4	50,2	49,7	48,7	48,2	47,1
Papel e gráfica	127,0	127,3	129,9	129,8	128,5	127,3	123,9	124,0	124,4	123,5	123,9	123,75	123,9
Refino de petróleo e combustíveis	260,2	263,8	268,1	268,1	254,7	177,3	214,8	159,3	168,6	212,1	260,8	273,0	292,8
Produtos químicos	108,2	108,4	109,4	108,7	109,0	108,8	111,9	110,9	111,7	111,9	112,0	113,1	112,1
Borracha e plástico	96,3	97,2	93,3	94,3	93,7	91,0	89,7	88,0	89,6	90,1	90,0	90,7	94,7
Minerais não-metálicos	128,3	130,6	129,2	132,5	132,1	131,8	134,2	133,5	132,0	134,2	134,0	137,4	133,2
Metalurgia básica	66,5	69,1	69,3	72,2	71,6	71,1	71,0	72,0	70,1	71,2	70,7	71,3	72,1
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,0	95,6	98,9	99,4	99,2	97,6	96,8	98,3	97,3	95,8	97,0	95,7	100,0
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	135,1	139,4	141,4	143,8	145,7	147,7	158,4	153,1	158,9	160,5	159,6	160,1	163,0
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	96,8	94,0	94,4	93,2	91,0	90,2	100,3	96,6	98,1	99,7	101,8	105,2	105,6
Fabricação de meios de transporte	142,2	145,5	148,6	149,0	149,7	149,4	149,3	147,4	147,9	150,3	149,4	151,3	151,9
Fabricação de outros produtos	65,4	65,2	66,2	68,9	69,6	70,4	65,0	68,7	67,3	64,4	63,8	61,0	60,5

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2008

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
Janeiro	5 958	1 745	-191	1 914	-562	-	8 864
Fevereiro	6 443	-13	1 888	4 953	686	-	13 957
Março	8 359	1 124	2 539	4 276	3 792	-	20 090
Abril	12 696	1 071	3 407	5 078	5 226	-	27 478
Mai	6 433	1 151	2 289	3 965	2 522	-	16 360
Junho	3 542	708	1 650	1 498	1 068	-	8 466
Julho	3 804	1 296	2 201	2 877	-110	-	10 068
Agosto	5 682	1 515	2 802	2 503	-466	-	12 036
Setembro	5 380	1 192	3 449	3 699	469	-	14 189
Outubro	4 695	510	4 745	2 691	447	-	13 088
Novembro	735	-734	6 739	3 071	-828	-	8 983
Dezembro	-17 203	-1 554	-1 016	-4 954	-6 491	-	-31 218
2008	43 012	14 236	19 433	33 798	12 318	-	122 797
Janeiro	6 271	2 521	928	2 973	-376	-	12 317
Fevereiro	4 606	1 658	2 389	5 895	182	-	14 730
Março	9 166	809	3 402	6 973	4 735	-	25 085
Abril	9 961	1 647	4 015	5 645	5 079	-	26 347
Mai	5 167	3 095	3 015	4 541	921	-	16 739
Junho	4 141	1 784	3 386	3 225	1 408	-	13 944
Julho	3 700	2 722	2 298	4 546	369	-	13 635

FONTE: CAGED – MTE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2007

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Varição Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	2,66
2003	109 459	4,48	1 699 948	1,15
2004	122 434	4,94	1 941 498	5,66
2005	126 622	-0,10	2 147 239	3,16
2006 ⁽³⁾	131 982	1,4	2 332 936	3,8
2007 ⁽³⁾	145 637	6,0	2 558 821	5,4

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná.

Permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, desde que citada a fonte.

IPARDES - INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
Rua Máximo João Kopp, 274 - Bloco 2 - CEP 82630-900 - Santa Cândida - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3351-6335 - Fax: (41) 3351-6347
Internet: <http://www.ipardes.gov.br> E-mail: ipardes@ipardes.gov.br